



RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO - EXERCÍCIO SOCIAL DE 2010

**Senhores Acionistas,**  
A Administração da CTEEP - Companhia de Transmissão de Energia Elétrica Paulista, em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submete à apreciação de V.Sas. o Relatório da Administração e as correspondentes Demonstrações Contábeis, com o parecer dos Auditores Independentes e do Conselho Fiscal, referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2010.

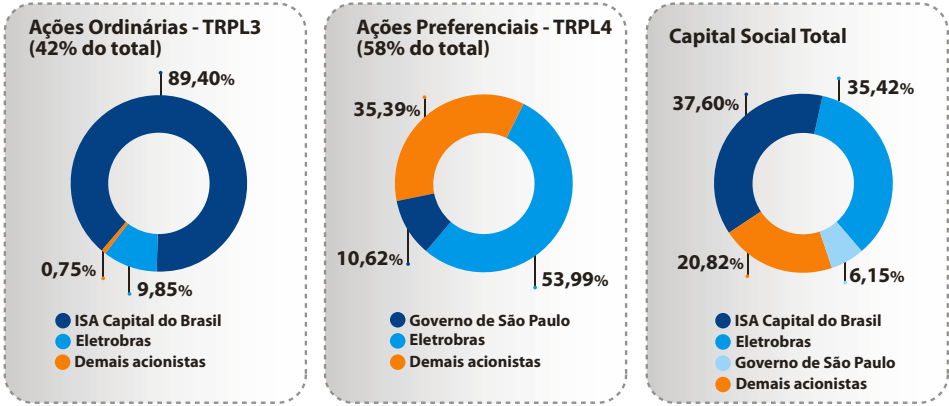
**MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO**  
Excelência operacional. Este foi o pilar estratégico da CTEEP em 2010. Durante o ano, focamos nossa atuação no fortalecimento de nossas operações e no gerenciamento e controle de nossos ativos, para garantir a estabilidade e a qualidade dos nossos serviços.  
Este foi o posicionamento estratégico adotado pela Companhia, uma vez que em nosso negócio a receita advém da disponibilidade dos serviços. E, diante dos bons resultados conquistados ao final do exercício, esse alinhamento mostrou-se assertivo.  
Em 2010, a CTEEP superou seu patamar no índice de energia não-suprida (ENES) e, hoje, temos o melhor indicador entre todas as transmissoras de energia do Brasil. Fruto do desempenho alcançado, recebemos da Aneel, pelo segundo ano consecutivo, o maior prêmio adicional de RAP (Receita Anual Permitida), pela disponibilidade dos ativos de transmissão.  
Ao mesmo tempo em que estivemos focados na prestação de serviços de qualidade e na satisfação aos nossos clientes, também continuamos atentos às oportunidades de crescimento. Participamos e continuaremos a participar dos leilões promovidos pela Aneel, fazendo análises criteriosas e mantendo sempre a disciplina no uso dos recursos financeiros.

Em linha com essa diretriz, exercemos nosso direito de preferência na aquisição dos 40% restantes de participação na IEMG, em uma operação alinhada também à estratégia da Companhia, de aumentar sua participação nos ativos de transmissão de energia elétrica do Brasil.  
O ano de 2010 foi igualmente importante em relação ao desempenho econômico-financeiro. Registramos crescimento de 3,9% na receita operacional bruta, que totalizou R\$ 2,6 bilhões no ano. A receita líquida atingiu R\$ 2,3 bilhões, resultado 5,0% superior em relação a 2009. Esses números ganham ainda mais relevância se considerarmos que em 2010, assim como todo o setor, fomos submetidos ao segundo ciclo da revisão tarifária periódica. Em 2010, energizamos 82 empreendimentos e instalamos 401,0 km de novas linhas de transmissão. Dos investimentos totais promovidos no ano (R\$ 504,9 milhões), R\$ 200 milhões foram destinados a projetos de aumento de capacidade, construção de novas linhas de transmissão e instalação de equipamentos nas subestações.  
Excelência operacional pressupõe também investimento em pessoas. Em 2010 ampliamos a média de hora de treinamentos por colaborador em 42%, totalizando um investimento de R\$ 1.629,4 mil.  
2010 foi marcado ainda pelo lançamento do Código de Ética da CTEEP, construído com a participação coletiva dos colaboradores. Com a criação deste documento, definimos a conduta e o comportamento esperados de nossos colaboradores no relacionamento em âmbito profissional com os grupos de interesse. Ao mesmo tempo, reforçamos a importância da sustentabilidade integrada à gestão do negócio.  
Acreditamos que uma estratégia de negócio tem que ser sustentável, para que a Companhia possa atingir resultados hoje e no futuro. Na CTEEP, enxergamos o conceito de sustentabilidade como uma estratégia conjunta de geração de valor. Por isso, pautamos nossa atuação com foco no crescimento sustentável integrado, que alinha interesses econômicos, sociais e ambientais. Para cada uma destas frentes, mobilizamos recursos intelectuais e materiais, sempre com o objetivo de cumprir o nosso papel como agente de desenvolvimento e de manter o nosso compromisso com a prestação de serviço de qualidade e com eficiência.  
Agradecemos a todos que se dedicam ao crescimento do nosso negócio: aos nossos acionistas, clientes e fornecedores pela confiança e apoio. E aos nossos colaboradores, pela contribuição e determinação dedicadas, que transformaram a CTEEP na principal concessionária privada de transmissão de energia elétrica do Brasil - valores que nos fortalecem e nos estimulam a enfrentar novos desafios.

**1. PERFIL DA COMPANHIA**

Transmitir energia elétrica, com qualidade e eficiência. Esse é o negócio da CTEEP - Companhia de Transmissão de Energia Elétrica Paulista, a principal concessionária privada do setor de transmissão de energia elétrica do Brasil.  
Através de sua rede - formada por 12.316 km de linhas, 18.794 km de circuitos, 2.488 km de cabos de fibra ótica e 105 subestações com tensão de até 550 kV - trafegam 30% da energia elétrica produzida no Brasil e 60% da energia consumida na região Sudeste.  
Com capacidade instalada de 43.992 MVA (Mega Volt Ampère), a CTEEP está presente, com ativos próprios e por meio de subsidiárias e participações, em 12 estados brasileiros: Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná, São Paulo, Minas Gerais, Rondônia, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Goiás, Tocantins, Maranhão e Piauí.  
A CTEEP possui participação em empresas constituídas para a prestação dos serviços públicos de transmissão de energia elétrica: 100% nas subsidiárias IEMG (Interligação Elétrica de Minas Gerais), Pinheiros (Interligação Elétrica Pinheiros) e na Serra do Japi (Interligação Elétrica Serra do Japi); 50% na IESul (Interligação Elétrica Sul), 51% na IEMadeira (Interligação Elétrica Madeira); e 25% na IENNE (Interligação Elétrica Norte e Nordeste).  
Controlada pela ISA, um dos maiores grupos de transmissão de energia da América Latina, que detém 89,40% das ações ordinárias, a CTEEP tem ainda entre seus investidores a Eletrobras, maior grupo de energia brasileiro, o Governo do Estado de São Paulo e 61 mil acionistas pessoas física e jurídica. Em 2010, a receita operacional líquida foi de R\$ 2,3 bilhões e o lucro líquido de R\$ 812,2 milhões.

**COMPOSIÇÃO ACIONÁRIA**



**2. AMBIENTE DO SETOR DE ENERGIA ELÉTRICA**

De acordo com dados da Empresa de Pesquisa Energética (EPE), em 2010, o consumo nacional de energia elétrica cresceu 7,8% ante 2009, totalizando 419.016 GWh (gigawatts-hora). Esse desempenho foi favorecido pelo cenário econômico positivo registrado no ano: as classes residencial e comercial mantiveram patamar elevado de crescimento e o consumo industrial consolidou a recuperação iniciada no segundo semestre de 2009, após a crise de 2008.

Com isso, o montante total de energia transportada pela CTEEP, responsável pela quase totalidade do suprimento de energia elétrica ao Estado de São Paulo, atingiu 141.127 GWh em 2010 - o que representa 33,7% de toda a energia consumida no país e um crescimento de 5,9% em relação a 2009.

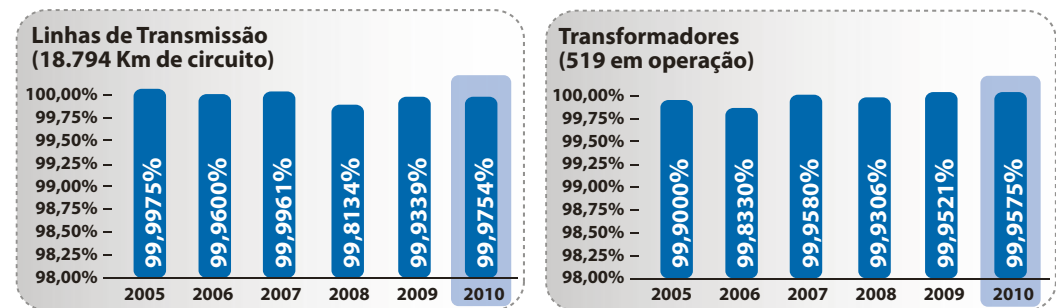
**3. DESEMPENHO OPERACIONAL**

Para garantir a solidez do negócio, a CTEEP adota iniciativas que contribuem para reforçar sua participação no mercado de transmissão de energia elétrica e, consequentemente, atingir seus objetivos de crescimento.  
Em 2010, a Companhia registrou avanços no índice de energia não-suprida (ENES) e de disponibilidade de ativos, que ficaram acima das metas previstas. Os bons resultados conquistados são decorrentes de investimentos na modernização das instalações, em treinamento e capacitação de colaboradores, e aquisição de tecnologias inovadoras para a operação do sistema.  
Desde 2007, a CTEEP concentra a operação remota de suas 105 subestações por meio do Centro de Operação da Transmissão, responsável pela Rede Básica (tensão igual ou acima de 230 kV) e pelo Centro de Operação de Retaguarda, responsável pela operação das DITs (Demais Instalações de Transmissão, com tensões abaixo de 230 kV).  
Em 2010, tiveram continuidade as atividades de capacitação no Simulador de Treinamento de Operadores de Sistema, com participação de empresas de geração e distribuição e acompanhamento do Operador Nacional do Sistema - ONS. Essa iniciativa tem se confirmado como uma ferramenta importante para capacitar os profissionais frente a simulações de situações reais no sistema, aprimorando o nível de respostas em recomposições nas mais diversas ocorrências.  
Durante o ano, também foram promovidos investimentos na modernização dos ativos e na adoção de novas tecnologias de comandos e controles do sistema elétrico, com destaque para:  
• Ampliação do projeto de digitalização para as subestações Mairiporã, Porto Ferreira e Jaguaré, que receberam novos sistemas de proteção, medição, comandos, controles e supervisão, que propiciam uma operação mais confiável e segura. O investimento total foi de R\$ 8 milhões.  
• Modernização de proteções, inclusão de proteções digitais e instalação de novos disjuntores com melhor performance e tecnologia mais avançada. Os investimentos, de R\$ 5,9 milhões, proporcionarão maior confiabilidade ao sistema e maior rapidez na análise de ocorrências.  
• Aquisição do RTDS (Real Time Digital Simulator), que permitirá à CTEEP integrar um seletor grupo de empresas capazes de realizar simulações na rede elétrica com detalhamentos de milissegundos, o que possibilitará uma análise mais profunda da rede elétrica e ajustes mais precisos nos sistemas de controle e proteção.

**3.1. Indicadores de desempenho**

A receita da CTEEP está diretamente associada à disponibilidade de seus ativos. Por isso, a Companhia promove investimentos permanentes para garantir a eficiência e qualidade na manutenção e operação. Além disso, o aumento da indisponibilidade de seus ativos pode gerar um desconto em sua receita (parcela variável).  
Abaixo, alguns indicadores que ilustram a eficiência operacional da Companhia em 2010:

**Disponibilidade de ativos**



**4. AMPLIAÇÃO E EXPANSÃO DO SISTEMA DE TRANSMISSÃO**

Assegurar maior confiabilidade ao sistema, garantir a qualidade dos serviços prestados e, dessa forma, consolidar seu posicionamento como importante player do sistema elétrico brasileiro. Para garantir esse posicionamento, a CTEEP investe no aumento da capacidade de transformação, na construção, recondução e recapacitação das linhas de transmissão e na realização de outros reforços.  
Em 2010, por meio de Resoluções Autorizativas editadas pela Aneel ou de Contratos de Conexão aos Sistemas de Transmissão (CCT), assinados com clientes livres, a CTEEP energizou 82 empreendimentos, sendo seis na Rede Básica e 76 nas DITs. Estes empreendimentos corresponderam a investimentos de R\$ 60,3 milhões e R\$ 139,7 milhões, respectivamente, perfazendo um total de R\$ 200,0 milhões.  
Os empreendimentos disponibilizados adicionaram ao sistema 1.119,25 MVA de capacidade de transformação, com destaque para a subestação Água Vermelha, localizada no município de Iturama - MG, onde foi instalado o terceiro banco de autotransformadores (500-440 kV), com acréscimo de 750 MVA, para ampliar a capacidade de transformação instalada no sistema, melhorando o intercâmbio energético entre os Estados do Mato Grosso, Minas Gerais e São Paulo.  
Também foram feitas obras em 401,0 km das linhas de transmissão, como a recapacitação de 138 kV Bariri - Barra Bonita e Votuporanga II - São José do Rio Preto; e de 88 kV Salto Grande - Chavantes e Assis - Canoas I - Canoas II, todas trazendo aumento na capacidade de transmissão e mais confiabilidade para as operações. Outros projetos importantes foram a reconstrução da linha de transmissão 88 kV Salto Grande - Chavantes e os lançamentos do segundo circuito na linha 138 kV Flórida Paulista - Tupã e em parte da linha 138 kV Ribeirão Preto - Euclides da Cunha.

**5. DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO**

A **receita operacional bruta** aumentou 3,9%, atingindo R\$ 2.551.542 mil em 2010, comparada com R\$ 2.455.811 mil em 2009, em decorrência do aumento de 22,7% das receitas de construção e de 2,0% das receitas financeiras, parcialmente compensado pela redução de 11,5% das receitas de operação e manutenção.

As **receitas de construção** totalizaram R\$ 693.803 mil em 2010, comparada com R\$ 565.468 mil em 2009, em decorrência do avanço das obras da IEMadeira compensado pela redução das obras de reforços e ampliação da CTEEP e conclusão das obras ou mesmo entrada em operação das controladas IEMG, IENNE e Pinheiros.

As **receitas financeiras** somaram R\$ 1.398.245 mil em 2010, comparada com R\$ 1.371.068 mil em 2009, substancialmente pelo crescimento do saldo de contas a receber de construção, refletindo o avanço no estágio das obras da CTEEP e de suas controladas.

As **receitas de operação e manutenção** totalizaram R\$ 442.469 mil em 2010, comparada com R\$ 500.001 mil em 2009, em decorrência da redução da RAP, proporcionada pelo segundo ciclo de revisão tarifária periódica da CTEEP, parcialmente compensada pelo início de operações da controlada Pinheiros.

As **deduções da receita operacional** reduziram 3,8%, atingindo R\$ 295.257 mil em 2010 contra R\$ 306.799 mil em 2009, devido à redução de 14,6% nos encargos regulatórios, refletindo a queda no consumo dos consumidores livres e o aumento do saldo a aplicar em projetos de Pesquisa & Desenvolvimento ocorrido em 2009, parcialmente compensado pelo aumento de 8,3% dos impostos sobre a receita.

Em decorrência dos fatores mencionados acima, a **receita operacional líquida** aumentou 5,0% somando R\$ 2.256.286 mil em 2010 diante de R\$ 2.149.012 mil em 2009.

Os **custos de construção e de operação e manutenção** tiveram aumento de 32,6%, alcançando R\$ 948.270 mil em 2010 frente aos R\$ 714.992 mil em 2009. Esse aumento decorre do aumento de 33,1% dos custos de construção combinado com o aumento de 32,1% dos custos de operação e manutenção.

O crescimento verificado nos **custos de construção** decorrem do avanço das obras da IEMadeira compensado pela redução das obras de reforços e ampliação da CTEEP e conclusão das obras ou mesmo entrada em operação das controladas IEMG, IENNE e Pinheiros.

O crescimento verificado nos **custos de operação e manutenção** decorrem do maior número de intervenções de manutenção nas instalações da CTEEP e entrada em operação das controladas IEMG, IENNE e Pinheiros.

As **despesas gerais e administrativas** apresentaram redução de 38,1%, atingindo R\$ 137.933 mil em 2010, comparada com R\$ 223.003 mil em 2009, em decorrência, substancialmente, de multa decorrente dos trabalhos de regularização tributária registrado em 2009.

A margem **EBITDA** foi de 52,1%, totalizando R\$ 1.176.130 mil em 2010 em comparação a 56,6%, R\$ 1.215.730 mil em 2009.

O **resultado financeiro** atingiu despesa de R\$ 356.289 mil em 2010 apresentando aumento de 31,1% em relação a R\$ 271.721 mil em 2009 devido ao maior endividamento de 2010 comparado a 2009, representado, substancialmente, pela emissão de debêntures.

As despesas com **imposto de renda e contribuição social** diminuíram 18,0% somando R\$ 229.376 mil em 2010 contra R\$ 279.785 mil em 2009. A taxa efetiva de imposto de renda e contribuição social foi de 29,0% em 2010 comparado com 31,4% em 2009.

Em decorrência dos fatores mencionados acima, o **lucro líquido** de 2010 totalizou R\$ 812.171 mil, montante 5,8 % inferior quando comparado a R\$ 861.975 mil de 2009.

**6. INVESTIMENTOS**

Em 2010, os investimentos realizados pela CTEEP - em reforços, modernizações e melhorias dos ativos existentes, na capitalização de mão de obra e em aportes nas subsidiárias - totalizaram R\$ 504,9 milhões.

**■ Plano de Investimentos Plurianual 2011/2013**

Em reunião realizada em 26 de janeiro de 2011, o Conselho de Administração aprovou o Plano de Investimentos Plurianual para o triênio 2011/2013, com base nas estimativas de execução de investimentos da Companhia.

| Investimentos (R\$ milhões)              | 2011         | 2012         | 2013         |
|------------------------------------------|--------------|--------------|--------------|
| <b>Próprio (A) .....</b>                 | <b>363,6</b> | <b>330,3</b> | <b>316,3</b> |
| Corporativo .....                        | 18,1         | 8,8          | 8,8          |
| Projeto TELECOM .....                    | 7,1          | -            | -            |
| Reforços Tipo 1 .....                    | 160,6        | 196,5        | 200,1        |
| Reforços Tipo 2 .....                    | 63,3         | 23,3         | 8,4          |
| Novas Conexões.....                      | 24,6         | 3,1          | 0            |
| PMT .....                                | 31,5         | 47,1         | 61,3         |
| PMIS .....                               | 45,9         | 38,4         | 24           |
| Capitalização Pessoal.....               | 12,5         | 13,1         | 13,8         |
| <b>Aporte nas Subsidiárias (B) .....</b> | <b>413,6</b> | <b>159,1</b> | <b>21,4</b>  |
| IEMG .....                               | 15,2         | -            | -            |
| IENNE .....                              | 3,2          | -            | -            |
| IEPinheiros .....                        | 24,5         | -            | -            |
| IESul .....                              | 19           | 0,3          | -            |
| IEMadeira .....                          | 303,1        | 158,8        | 21,4         |
| Serra do Japi.....                       | 48,5         | -            | -            |
| <b>Total (A+B).....</b>                  | <b>777,2</b> | <b>489,4</b> | <b>337,6</b> |

Para garantir a efetividade do Plano de Investimentos Plurianual, a CTEEP buscará apoio financeiro de diferentes fontes para financiar seus investimentos nos projetos de reforços, novas conexões, manutenção (PMT e PMIS) e Telecom, bem como nos aportes em suas subsidiárias.

**7. GOVERNANÇA CORPORATIVA**

Desde sua constituição, a CTEEP vem aperfeiçoando seus processos de gestão e sistemas de controle. A Companhia foi a primeira empresa de energia elétrica no Estado de São Paulo a aderir ao Nível 1 de Governança Corporativa da Bovespa, em setembro de 2002. Com a adesão, além de integrar o Ibovespa, passou a compor o Índice de Governança Corporativa (IGC), carteira teórica composta por ações de empresas que apresentam elevados padrões de relacionamento com todos os seus acionistas e demais stakeholders.

**■ Código de Ética e Código de Governança Corporativa**

Em linha com as melhores práticas de gestão do mercado, o Conselho de Administração da CTEEP aprovou a criação do Código de Ética e do Código de Governança Corporativa da Companhia.

Construído com a participação dos colaboradores, o Código de Ética é um marco no desenvolvimento da transparência corporativa e no relacionamento da Empresa com seus grupos de interesse. A CTEEP sempre sustentou um comportamento ético que, ao longo de sua história, guiou as atitudes de seus colaboradores. E a existência de um código específico sobre o tema fortalecerá o compromisso de todos com os princípios éticos definidos pela Companhia.

O Código de Governança Corporativa, por sua vez, tem como objetivo traduzir os princípios éticos da CTEEP em recomendações objetivas, buscando orientar os relacionamentos entre acionistas, Conselho de Administração, Conselho Fiscal e Diretoria Executiva.

No modelo de governança adotado pela CTEEP, que prioriza a eficiência administrativa e a profissionalização de seus gestores, os conselhos e comitês desempenham papel fundamental como fóruns centrais de decisão e definição da orientação geral dos negócios da Companhia. Entre eles estão os Conselhos de Administração e Fiscal e os comitês especializados de Auditoria Interna e Remuneração.

**8. MERCADO DE CAPITALIS**

As ações ordinárias e preferenciais da CTEEP (BM&FBovespa: TRPL3 e TRPL4) encerraram 2010 cotadas a R\$ 61,10 e R\$ 55,10, respectivamente, o que representa uma valorização de 13,15% e 6,47%, também respectivamente, em relação a 2009. Durante o ano, o Ibovespa apresentou valorização de 1,04% e o Índice de Energia Elétrica (IEE) valorizou-se 11,98%.

Ao longo do ano, as ações preferenciais da CTEEP apresentaram volume médio diário de negociação na BM&FBovespa de R\$ 7,2 milhões, com uma média diária de 690 negócios.

A CTEEP também participa do programa patrocinado de American Depositary Receipts (ADR) Nível 1, lastreados em ações ordinárias e preferenciais à razão de 1 Depositary Share para cada 1 ação de ambas as espécies. No encerramento do exercício social de 2010, a base acionária da Companhia era composta por 23.699 ADRs referentes às ações ordinárias e 2.066.718 ADRs referentes às ações preferenciais. No mesmo período, os ADRs lastreados em ações ordinárias apresentaram valorização de 33,66% e os ADRs lastreados em ações preferenciais, de 11,79%.

**■ Remuneração aos Acionistas**

Em relação ao lucro líquido registrado em 2010, incluindo os dividendos pagos em janeiro de 2011, os acionistas receberam R\$ 573,6 milhões, na forma de proventos, o que corresponde a R\$ 3,78 por ação de ambas as espécies.

**■ Primeira Emissão Pública de Debêntures**

Em 06 de janeiro de 2010, a CTEEP realizou o registro na Comissão de Valores Mobiliários (CVM) de sua 1ª Emissão Pública de Debêntures. Foram subscritas e integralizadas 54.860 debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografia, em duas séries, todas nominativas e escriturais, com valor nominal de R\$ 10.000,00, perfazendo o montante de R\$ 548.600.000,00.

**9. RESPONSABILIDADE SOCIAL EMPRESARIAL**

A CTEEP entende que a perenidade de seu negócio está apoiada no compromisso firmado com seus grupos de interesse, garantindo uma geração de valor compartilhada e buscando o equilíbrio e a transparência nas relações. Os programas e ações realizados em 2010 avançaram no caminho de estruturar e suportar o ritmo de crescimento do setor e da Companhia.

**■ Clientes**

Um dos focos de atuação da CTEEP é construir relações sustentáveis com seus clientes e, dessa forma, prestar serviços com qualidade a custos competitivos. Em 2010, a Empresa deu continuidade à Pesquisa de Satisfação de Clientes nas áreas de Operação, Manutenção e Empreendimentos alcançando o resultado no índice de satisfação de clientes (ISC) de 79,5%. O indicador mede a evolução da percepção dos clientes frente a diversos fatores e a efetividade dos planos de ação para garantir a melhoria contínua no relacionamento e a contribuição da CTEEP para que o setor elétrico preste um serviço de qualidade à sociedade.

**■ Fornecedores**

Para construir relações de transparência e confiança com seus fornecedores, a CTEEP promove reuniões de apresentação de resultados, demandas e estratégias de suprimentos e, em 2010, realizou a primeira avaliação do Prêmio Fornecedor CTEEP, cujo resultado e premiação ocorrerão em 2011, para reconhecer os melhores parceiros a partir de um processo de avaliação baseado em critérios como qualidade, inovação e responsabilidade social.

**■ Acionistas e Investidores**

Comunicação permanente com os acionistas e o mercado faz parte do posicionamento adotado pela CTEEP. Em 2010, a Companhia fortaleceu esse posicionamento com a participação em cinco conferências com investidores e oito *non deal roadshows* e a realização de reuniões na sede da Empresa, além de atendimentos por e-mail e telefone.

Também reforçou o seu relacionamento com o investidor individual ao participar da 8ª Edição da Expomoney, evento de educação financeira para investidores ativos e potenciais, quando recebeu o prêmio "Respeito ao Investidor Individual".

**■ Estado**

A CTEEP mantém participação ativa em conselhos de administração, comitês, comissões de órgãos públicos e entidades de classe com o objetivo de contribuir nas discussões relevantes para o desenvolvimento do setor elétrico. Por meio do comitê regulatório, focado em analisar de forma proativa as possíveis soluções aos principais temas de interação com as entidades reguladoras, a CTEEP mantém-se atenta à gestão dos impactos da regulação nos negócios.

**■ Sociedade**

Contribuir para o desenvolvimento sustentável e promover a inclusão social são diretrizes que norteiam o relacionamento da CTEEP com a sociedade. Em 2010, com foco em educação, a Empresa apoiou os grupos Jovens e Guri da Santa Marcelina, projetos que consistem em um ciclo de formação musical com o objetivo principal de promover a inclusão social de jovens por meio da música. Também promoveu o Circuito Cultural Cinema na Escola, que envolveu três mil estudantes da rede pública, estimulando conhecimento de temas como desenvolvimento sustentável, cidadania e a convivência com redes de energia elétrica.

Para disseminar a cultura, apoiou a exposição Ouros de Eldorado - Arte Pré-Hispânica da Colômbia, na Pinacoteca do Estado, com peças do Museu del Oro de Bogotá, Colômbia.

A CTEEP manteve sua parceria no Projeto Pomar, que prevê a recuperação ambiental e paisagística das margens do Rio Pinheiros, em São Paulo; e a continuidade do Projeto CUCA, iniciativa de educação ambiental realizada no parque da Cantareira para crianças e jovens e do programa de conscientização da população para os riscos na realização de queimadas próximas às linhas de transmissão.

Buscando maior engajamento com a Comunidade e, em parceria com órgãos públicos, trabalhou na conscientização da população que convive próxima às linhas de transmissão, atuando na revitalização de espaços e na criação de áreas de lazer e inibindo o descarte de entulhos no local, que trazem danos à população do entorno.

Na gestão ambiental, aliado ao princípio de garantir a sustentabilidade na realização de suas atividades, minimizando o impacto ambiental nas áreas onde está instalada, a CTEEP investiu, em 2010, R\$ 2,4 milhões em iniciativas de prevenção, gestão, mitigação e tratamento.

**■ Colaboradores**

O relacionamento da CTEEP com seus 1.416 colaboradores é pautado pelo interesse da Empresa em contribuir para o desenvolvimento integral de seus profissionais, valorizando sua atuação para o crescimento do negócio. Desta forma, a companhia mantém a disciplina no processo de avaliação de desempenho com o objetivo de identificar a contribuição de cada colaborador, acompanhar e reconhecer a sua evolução e atuar no desenvolvimento de habilidades necessárias ao negócio, por meio da capacitação e treinamentos do programa de educação corporativa.

Em 2010 foram promovidas ações de treinamento e capacitação visando o desenvolvimento das competências requeridas e, dessa forma, preparar a equipe para os desafios da Companhia, que alcançaram uma média de 68 horas anuais de treinamento por colaborador. A CTEEP também utilizou recursos de treinamento e-learning para 812 colaboradores, que possibilitou intensificar a capacitação reduzindo impactos em deslocamentos e otimizando os recursos da companhia. Também desenvolveu uma matriz de treinamentos por função nas atividades de operação e manutenção que garante a capacitação adequada e cumprimento de todos os treinamentos normativos para o exercício seguro e eficaz da atividade.

Além disso teve continuidade o Programa de Estágio para nível universitário, que encerrou o ano com 40 participantes e um índice de contratação de 70%, assim como o programa Inclusão de Pessoas com Deficiência, com o qual reitera seu compromisso para a construção de uma cultura de respeito às diferenças, promovendo a diversidade.

Outra iniciativa que avançou significativamente durante o ano foi o Projeto de Gestão do Conhecimento e Inovação, criado em 2009 com o objetivo de reter, compartilhar, disseminar e construir conhecimentos fundamentais para manter a competitividade da CTEEP no mercado.

**10. PROGRAMA DE PESQUISA E DESENVOLVIMENTO**

O Programa de Pesquisa e Desenvolvimento - P&D é um dos mecanismos de geração, experimentação, expansão e gestão de conhecimento empresarial e setorial. Desde 2001, com a assinatura do contrato de concessão, a CTEEP já comprometeu aproximadamente R\$ 30,5 milhões no desenvolvimento de projetos finalizados ou em andamento.

Como resultado desse esforço conjunto entre os colaboradores e renomados pesquisadores do país, além de uma produção científica significativa e participativa no setor de energia elétrica, até 2010 foram concluídos 77 projetos e geradas quatro patentes, com a previsão de mais dois pedidos no ciclo 06/07.

Em 2010, foi realizada a primeira ação de Prospeção Tecnológica, dentro do Projeto de Gestão do Conhecimento e Inovação, reunido 50 especialistas do Brasil, Estados Unidos, Itália, China e Colômbia para debaterem sobre tendências para o setor de transmissão e oportunidades de desenvolvimento tecnológico.

O resultado embasará as recomendações estratégicas para projetos de Pesquisa & Desenvolvimento e para processos de inovação da Companhia.

**11. AUDITORES INDEPENDENTES**

No que diz respeito à prestação de serviços não relacionados à auditoria externa, a CTEEP segue princípios que preservam a independência do auditor, que não deve auditar seu próprio trabalho, nem exercer funções gerenciais ou ainda advogar por seu cliente.

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas, com relação ao exercício findo em 31 de dezembro de 2010, foram auditadas pela Ernst & Young Terco Auditores Independentes S.S. ("Ernst & Young Terco").

O valor dos serviços prestados pela Ernst & Young Terco, em 2010, foi de R\$ 134.998,18 e refere-se a consultoria para diagnóstico e avaliação do nível de maturidade do ambiente de controle e dos principais mecanismos de gestão, contratado em 12/04/2010, com duração de 6 semanas. Esta prestação de serviço correspondeu a 52,8% do contrato global de auditoria externa.

**Políticas e Procedimentos**

As políticas da Companhia e de suas controladas vedam a contratação de seus auditores independentes para a prestação de serviços que acarretam conflito de interesses ou perda de objetividade dos mesmos.

**A Administração**



## BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E 2009 E 01 DE JANEIRO DE 2009

Em milhares de reais, exceto quando indicado

| Ativo                                                  | Nota | Controladora            |                         |                         | Consolidado             |                         |                         |
|--------------------------------------------------------|------|-------------------------|-------------------------|-------------------------|-------------------------|-------------------------|-------------------------|
|                                                        |      | 2010                    | 2009                    | 01/01/2009              | 2010                    | 2009                    | 01/01/2009              |
|                                                        |      |                         | (Reapre-<br>sentado)    | (Reapre-<br>sentado)    |                         | (Reapre-<br>sentado)    | (Reapre-<br>sentado)    |
| <b>Circulante</b>                                      |      |                         |                         |                         |                         |                         |                         |
| Caixa e equivalentes de caixa .....                    | 6    | 40.334                  | 18.564                  | 104.229                 | 54.983                  | 43.234                  | 123.024                 |
| Contas a receber .....                                 | 7    | 1.413.681               | 1.422.671               | 1.337.868               | 1.424.390               | 1.430.606               | 1.343.671               |
| Estoques .....                                         |      | 44.791                  | 43.328                  | 31.952                  | 44.791                  | 43.328                  | 31.952                  |
| Valores a receber - Secretaria da Fazenda .....        | 8    | 22.938                  | 19.439                  | 19.786                  | 22.938                  | 19.439                  | 19.786                  |
| Tributos e contribuições a compensar .....             | 9    | 9.780                   | 212.715                 | 3.145                   | 11.230                  | 213.317                 | 3.240                   |
| Despesas pagas antecipadamente .....                   |      | 1.828                   | 2.508                   | 2.884                   | 2.611                   | 3.768                   | 2.917                   |
| Outros .....                                           |      | 35.944                  | 18.863                  | 27.545                  | 35.802                  | 17.190                  | 22.093                  |
|                                                        |      | <u>1.569.296</u>        | <u>1.738.088</u>        | <u>1.527.409</u>        | <u>1.596.745</u>        | <u>1.770.882</u>        | <u>1.546.683</u>        |
| <b>Não circulante</b>                                  |      |                         |                         |                         |                         |                         |                         |
| Realizável a longo prazo .....                         |      |                         |                         |                         |                         |                         |                         |
| Contas a receber .....                                 | 7    | 3.231.704               | 3.205.624               | 3.143.981               | 4.225.309               | 3.656.679               | 3.243.022               |
| Valores a receber - Secretaria da Fazenda .....        | 8    | 681.129                 | 557.027                 | 454.639                 | 681.129                 | 557.027                 | 454.639                 |
| Benefício fiscal - ágio incorporado .....              | 10   | 147.911                 | 176.743                 | 205.575                 | 147.911                 | 176.743                 | 205.575                 |
| Imposto de renda e contribuição social diferidos ..... | 28   | 28.050                  | 28.420                  | 27.125                  | 28.050                  | 28.420                  | 27.125                  |
| Cauções e depósitos vinculados .....                   | 11   | 42.248                  | 43.946                  | 51.860                  | 42.248                  | 43.946                  | 51.860                  |
| Créditos com controladas .....                         |      | 56.338                  | —                       | —                       | —                       | —                       | —                       |
| Estoques .....                                         |      | 184.264                 | 126.854                 | 70.557                  | 184.264                 | 126.854                 | 70.557                  |
| Outros .....                                           |      | 1.267                   | 2.405                   | 2.405                   | 6.624                   | 4.382                   | 2.407                   |
|                                                        |      | <u>4.372.911</u>        | <u>4.141.019</u>        | <u>3.956.142</u>        | <u>5.315.535</u>        | <u>4.594.051</u>        | <u>4.055.185</u>        |
| Investimentos .....                                    | 12   | 531.314                 | 296.737                 | 51.569                  | —                       | —                       | —                       |
| Imobilizado .....                                      | 13   | 9.044                   | 10.086                  | 7.974                   | 9.194                   | 10.260                  | 7.974                   |
| Intangível .....                                       | 14   | 9.944                   | 12.882                  | 10.493                  | 9.944                   | 12.882                  | 10.493                  |
|                                                        |      | <u>550.302</u>          | <u>319.705</u>          | <u>70.036</u>           | <u>19.138</u>           | <u>23.142</u>           | <u>18.467</u>           |
|                                                        |      | <u>4.923.213</u>        | <u>4.460.724</u>        | <u>4.026.178</u>        | <u>5.334.673</u>        | <u>4.617.193</u>        | <u>4.073.652</u>        |
| <b>Total do ativo .....</b>                            |      | <b><u>6.492.509</u></b> | <b><u>6.198.812</u></b> | <b><u>5.553.587</u></b> | <b><u>6.931.418</u></b> | <b><u>6.388.075</u></b> | <b><u>5.620.335</u></b> |

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

| Passivo e patrimônio líquido                           | Nota   | 2010                    | Controladora            |                         | Consolidado             |                         |                         |
|--------------------------------------------------------|--------|-------------------------|-------------------------|-------------------------|-------------------------|-------------------------|-------------------------|
|                                                        |        |                         | 2009                    | 01/01/2009              | 2010                    | 2009                    | 01/01/2009              |
|                                                        |        |                         | (Reapre-<br>sentado)    | (Reapre-<br>sentado)    |                         | (Reapre-<br>sentado)    | (Reapre-<br>sentado)    |
| <b>Circulante</b>                                      |        |                         |                         |                         |                         |                         |                         |
| Empréstimos e financiamentos .....                     | 15     | 133.317                 | 518.690                 | 294.492                 | 332.413                 | 592.129                 | 345.502                 |
| Debêntures .....                                       | 16     | 2.154                   | —                       | —                       | 2.154                   | —                       | —                       |
| Fornecedores .....                                     | 17     | 48.856                  | 47.497                  | 32.889                  | 93.964                  | 70.806                  | 36.293                  |
| Tributos e encargos sociais a recolher .....           | 17     | 87.731                  | 87.439                  | 19.171                  | 88.745                  | 88.505                  | 19.476                  |
| Impostos parcelados - Lei nº 11.941 .....              | 18     | 10.353                  | 9.853                   | —                       | 10.353                  | 9.853                   | —                       |
| Encargos regulatórios a recolher .....                 | 19     | 49.244                  | 39.742                  | 36.528                  | 49.559                  | 40.018                  | 36.528                  |
| Juros sobre capital próprio e dividendos a pagar ..... | 23 (b) | 193.822                 | 6.116                   | 4.882                   | 193.822                 | 6.116                   | 4.882                   |
| Provisões .....                                        | 20     | 22.284                  | 27.523                  | 34.895                  | 22.662                  | 27.688                  | 34.895                  |
| Valores a pagar - Fundação CESP .....                  | 21     | 6.503                   | 6.917                   | 6.210                   | 6.503                   | 6.917                   | 6.210                   |
| Outros .....                                           |        | 12.885                  | 22.182                  | 5.111                   | 13.874                  | 29.313                  | 6.806                   |
|                                                        |        | <u>567.149</u>          | <u>765.959</u>          | <u>434.178</u>          | <u>814.049</u>          | <u>871.345</u>          | <u>490.592</u>          |
| <b>Não circulante</b>                                  |        |                         |                         |                         |                         |                         |                         |
| Exigível a longo prazo .....                           |        |                         |                         |                         |                         |                         |                         |
| Empréstimos e financiamentos .....                     | 15     | 450.577                 | 419.786                 | 511.286                 | 540.032                 | 457.281                 | 511.286                 |
| Debêntures .....                                       | 16     | 553.639                 | —                       | —                       | 553.639                 | —                       | —                       |
| Impostos parcelados - Lei nº 11.941 .....              | 18     | 144.964                 | 137.885                 | —                       | 144.964                 | 137.885                 | —                       |
| PIS e COFINS diferidos .....                           | 20     | 24.430                  | 16.896                  | —                       | 117.632                 | 60.218                  | 9.697                   |
| Imposto de renda e contribuição social diferidos ..... | 28     | —                       | —                       | —                       | 9.352                   | 3.060                   | 637                     |
| Encargos regulatórios a recolher .....                 | 19     | 2.174                   | 3.269                   | 2.805                   | 2.174                   | 3.269                   | 2.805                   |
| Provisões .....                                        | 20     | 161.688                 | 167.953                 | 174.152                 | 161.688                 | 167.953                 | 174.152                 |
| Obrigações especiais - reversão/amortização .....      | 22     | 24.053                  | 24.053                  | 24.053                  | 24.053                  | 24.053                  | 24.053                  |
|                                                        |        | <u>1.361.525</u>        | <u>769.842</u>          | <u>712.296</u>          | <u>1.553.534</u>        | <u>853.719</u>          | <u>722.630</u>          |
| <b>Patrimônio líquido</b>                              |        |                         |                         |                         |                         |                         |                         |
| Capital social .....                                   | 23     | 1.119.911               | 1.063.049               | 1.000.000               | 1.119.911               | 1.063.049               | 1.000.000               |
| Reservas de capital .....                              |        | 2.231.113               | 2.259.945               | 2.286.374               | 2.231.113               | 2.259.945               | 2.286.374               |
| Reservas de lucro .....                                |        | 1.014.124               | 971.069                 | 891.683                 | 1.014.124               | 971.069                 | 891.683                 |
| Proposta de distribuição de dividendo adicional .....  |        | 198.021                 | 368.282                 | 228.390                 | 198.021                 | 368.282                 | 228.390                 |
| Adiantamento para futuro aumento de capital .....      |        | 666                     | 666                     | 666                     | 666                     | 666                     | 666                     |
|                                                        |        | <u>4.563.835</u>        | <u>4.663.011</u>        | <u>4.407.113</u>        | <u>4.563.835</u>        | <u>4.663.011</u>        | <u>4.407.113</u>        |
| <b>Total do passivo e do patrimônio líquido .....</b>  |        | <b><u>6.492.509</u></b> | <b><u>6.198.812</u></b> | <b><u>5.553.587</u></b> | <b><u>6.931.418</u></b> | <b><u>6.388.075</u></b> | <b><u>5.620.335</u></b> |

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

## DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E 2009

Em milhares de reais, exceto quando indicado

|                                                                                                                                                       | Controladora            |                              | Consolidado             |                              |
|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-------------------------|------------------------------|-------------------------|------------------------------|
|                                                                                                                                                       | 2010                    | 2009<br>(Reapre-<br>sentado) | 2010                    | 2009<br>(Reapre-<br>sentado) |
| <b>Fluxo de caixa das atividades operacionais</b>                                                                                                     |                         |                              |                         |                              |
| Lucro líquido do exercício .....                                                                                                                      | 812.171                 | 861.975                      | 812.171                 | 861.975                      |
| Ajustes para reconciliar o lucro líquido ao caixa gerado pelas atividades operacionais .....                                                          |                         |                              |                         |                              |
| PIS e COFINS diferidos .....                                                                                                                          | 7.534                   | 16.896                       | 60.023                  | 50.521                       |
| Depreciação e amortização .....                                                                                                                       | 6.021                   | 4.702                        | 6.047                   | 4.713                        |
| Imposto de renda e contribuição social diferidos .....                                                                                                | 372                     | (1.294)                      | 6.746                   | 1.131                        |
| Provisão para contingências .....                                                                                                                     | 1.042                   | 3.087                        | 1.042                   | 3.087                        |
| Valor residual de ativo permanente baixado .....                                                                                                      | 1.535                   | 175                          | 1.563                   | 175                          |
| Benefício fiscal - ágio incorporado .....                                                                                                             | 28.832                  | 28.832                       | 28.832                  | 28.832                       |
| Juros e variações monetárias e cambiais sobre ativos e passivos .....                                                                                 | 127.062                 | 63.009                       | 127.062                 | 65.523                       |
| Perda na variação de participação em controlada em conjunto .....                                                                                     | 160                     | —                            | 160                     | —                            |
| Resultado de Equivalência Patrimonial .....                                                                                                           | (12.553)                | (4.445)                      | —                       | —                            |
| <b>(Aumento) diminuição de ativos</b>                                                                                                                 |                         |                              |                         |                              |
| Contas a receber .....                                                                                                                                | (16.036)                | (116.439)                    | (582.470)               | (470.589)                    |
| Estoques .....                                                                                                                                        | (58.873)                | (67.673)                     | (58.873)                | (67.673)                     |
| Valores a receber - Secretaria da Fazenda .....                                                                                                       | (122.256)               | (102.199)                    | (122.256)               | (102.199)                    |
| Tributos e contribuições a compensar .....                                                                                                            | 202.935                 | (209.570)                    | 202.055                 | (210.077)                    |
| Cauções e depósitos vinculados .....                                                                                                                  | 1.698                   | 7.948                        | 1.704                   | 7.942                        |
| Outros .....                                                                                                                                          | (71.599)                | 10.119                       | (76.114)                | 8.578                        |
| <b>Aumento (diminuição) de passivos</b>                                                                                                               |                         |                              |                         |                              |
| Fornecedores .....                                                                                                                                    | 1.359                   | 14.608                       | 22.746                  | 34.513                       |
| Tributos e encargos sociais a recolher .....                                                                                                          | 292                     | 68.268                       | 396                     | 69.030                       |
| Impostos parcelados - Lei nº 11.941 .....                                                                                                             | —                       | 147.738                      | —                       | 147.738                      |
| Encargos regulatórios a recolher .....                                                                                                                | 8.407                   | 3.678                        | 8.445                   | 3.955                        |
| Provisões .....                                                                                                                                       | (12.546)                | (19.525)                     | (12.307)                | (19.425)                     |
| Valores a pagar Fundação CESP .....                                                                                                                   | (414)                   | 704                          | (414)                   | 704                          |
| Outros .....                                                                                                                                          | (9.295)                 | 19.933                       | 47.730                  | 19.997                       |
|                                                                                                                                                       | <u><b>895.848</b></u>   | <u><b>730.527</b></u>        | <u><b>474.288</b></u>   | <u><b>438.451</b></u>        |
| <b>Fluxo de caixa das atividades de investimentos</b>                                                                                                 |                         |                              |                         |                              |
| Imobilizado .....                                                                                                                                     | (3.575)                 | (5.053)                      | (3.605)                 | (5.238)                      |
| Intangível .....                                                                                                                                      | —                       | (4.342)                      | —                       | (4.342)                      |
| Investimentos .....                                                                                                                                   | (222.184)               | (240.723)                    | —                       | —                            |
|                                                                                                                                                       | <u><b>(225.759)</b></u> | <u><b>(250.118)</b></u>      | <u><b>(3.605)</b></u>   | <u><b>(9.580)</b></u>        |
| <b>Fluxo de caixa das atividades de financiamento</b>                                                                                                 |                         |                              |                         |                              |
| Adições de empréstimos .....                                                                                                                          | 709.017                 | 464.347                      | 993.458                 | 576.959                      |
| Pagamentos de empréstimos (inclui juros) .....                                                                                                        | (633.691)               | (425.586)                    | (728.477)               | (480.785)                    |
| Dividendos pagos .....                                                                                                                                | (751.675)               | (641.455)                    | (751.675)               | (641.455)                    |
| Integralização de capital .....                                                                                                                       | 28.030                  | 36.620                       | 28.030                  | 36.620                       |
|                                                                                                                                                       | <u><b>(468.319)</b></u> | <u><b>(566.074)</b></u>      | <u><b>(458.934)</b></u> | <u><b>(508.661)</b></u>      |
| <b>Caixa líquido utilizado nas atividades de financiamentos</b>                                                                                       |                         |                              |                         |                              |
| <b>Aumento (Diminuição) líquida em caixa e equivalentes de caixa .....</b>                                                                            | <b><u>21.770</u></b>    | <b><u>(85.665)</u></b>       | <b><u>11.749</u></b>    | <b><u>(79.790)</u></b>       |
| Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício .....                                                                                             | <u>40.334</u>           | <u>18.564</u>                | <u>54.983</u>           | <u>43.234</u>                |
| Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício .....                                                                                            | <u>18.564</u>           | <u>104.229</u>               | <u>43.234</u>           | <u>123.024</u>               |
| <b>Variação em caixa e equivalentes de caixa .....</b>                                                                                                | <b><u>21.770</u></b>    | <b><u>(85.665)</u></b>       | <b><u>11.749</u></b>    | <b><u>(79.790)</u></b>       |
| O valor total de juros pagos no período foi de R\$ 135.548 (31/12/2009 - R\$ 63.994), referente aos empréstimos e financiamentos descritos na Nota 15 |                         |                              |                         |                              |
| As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.                                                            |                         |                              |                         |                              |

## DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Em milhares de reais, exceto quando indicado

|                                                           | Capital social   |                  | Reservas de capital |                  | Reserva legal  |                | Reserva estatutária |                | Lucros a realizar |               | Reserva de retenção de lucros |                | Lucros acumulados |          | Proposta de distribuição de dividendos adicional |                | Adiantamento para futuro aumento de capital |            | Total            |
|-----------------------------------------------------------|------------------|------------------|---------------------|------------------|----------------|----------------|---------------------|----------------|-------------------|---------------|-------------------------------|----------------|-------------------|----------|--------------------------------------------------|----------------|---------------------------------------------|------------|------------------|
|                                                           | 2010             | 2009             | 2010                | 2009             | 2010           | 2009           | 2010                | 2009           | 2010              | 2009          | 2010                          | 2009           | 2010              | 2009     | 2010                                             | 2009           | 2010                                        | 2009       |                  |
| <b>Em 01 de janeiro de 2009 .....</b>                     | <b>1.000.000</b> | <b>1.000.000</b> | <b>2.286.374</b>    | <b>2.286.374</b> | <b>133.753</b> | <b>133.753</b> | <b>100.000</b>      | <b>100.000</b> | <b>38.809</b>     | <b>38.809</b> | <b>619.121</b>                | <b>619.121</b> | <b>—</b>          | <b>—</b> | <b>228.390</b>                                   | <b>228.390</b> | <b>666</b>                                  | <b>666</b> | <b>4.407.113</b> |
| Aumento de capital (Nota 23 (a)) .....                    | 63.049           | —                | —                   | (26.429)         | —              | —              | —                   | —              | —                 | —             | —                             | —              | 2.276             | —        | —                                                | —              | —                                           | —          | 36.620           |
| Realização da reserva de lucros a realizar .....          | —                | —                | —                   | —                | —              | —              | —                   | —              | (2.276)           | —             | —                             | —              | —                 | —        | —                                                | —              | —                                           | —          | —                |
| Pagamento de dividendos .....                             | —                | —                | —                   | —                | —              | —              | —                   | —              | —                 | —             | —                             | —              | —                 | —        | (228.390)                                        | —              | —                                           | —          | (228.390)        |
| Juros sobre capital próprio prescritos .....              | —                | —                | —                   | —                | —              | —              | —                   | —              | —                 | —             | —                             | —              | 283               | —        | —                                                | —              | —                                           | —          | 283              |
| Dividendos prescritos .....                               | —                | —                | —                   | —                | —              | —              | —                   | —              | —                 | —             | —                             | —              | 307               | —        | —                                                | —              | —                                           | —          | 307              |
| Lucro líquido do exercício .....                          | —                | —                | —                   | —                | —              | —              | —                   | —              | —                 | —             | —                             | —              | 861.975           | —        | —                                                | —              | —                                           | —          | 861.975          |
| <b>Destinação do lucro:</b>                               |                  |                  |                     |                  |                |                |                     |                |                   |               |                               |                |                   |          |                                                  |                |                                             |            |                  |
| Constituição da reserva legal .....                       | —                | —                | —                   | —                | 41.401         | —              | —                   | —              | —                 | —             | —                             | —              | (41.401)          | —        | —                                                | —              | —                                           | —          | —                |
| Constituição da reserva estatutária .....                 | —                | —                | —                   | —                | —              | —              | 6.305               | —              | —                 | —             | —                             | —              | (6.305)           | —        | —                                                | —              | —                                           | —          | —                |
| Reserva de retenção de lucros .....                       | —                | —                | —                   | —                | —              | —              | —                   | —              | —                 | —             | 33.956                        | —              | (33.956)          | —        | —                                                | —              | —                                           | —          | —                |
| Juros sobre capital próprio (R\$ 1,671031 por ação) ..... | —                | —                | —                   | —                | —              | —              | —                   | —              | —                 | —             | —                             | —              | (250.610)         | —        | —                                                | —              | —                                           | —          | (250.610)        |
| Dividendos intermediários (R\$ 1,094182 por ação) .....   | —                | —                | —                   | —                | —              | —              | —                   | —              | —                 | —             | —                             | —              | (164.287)         | —        | —                                                | —              | —                                           | —          | (164.287)        |
| Dividendos propostos (R\$ 2,444514 por ação) .....        | —                | —                | —                   | —                | —              | —              | —                   | —              | —                 | —             | —                             | —              | (368.282)         | —        | 368.282                                          | —              | —                                           | —          | —                |
| <b>Em 31 de dezembro de 2009 (representado) .....</b>     | <b>1.063.049</b> | <b>1.063.049</b> | <b>2.259.945</b>    | <b>2.259.945</b> | <b>175.154</b> | <b>175.154</b> | <b>106.305</b>      | <b>106.305</b> | <b>36.533</b>     | <b>36.533</b> | <b>653.077</b>                | <b>653.077</b> | <b>—</b>          | <b>—</b> | <b>368.282</b>                                   | <b>368.282</b> | <b>666</b>                                  | <b>666</b> | <b>4.663.011</b> |



## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E DE 2009

Em milhares de reais, exceto quando indicado

• Contabilização de contratos de concessão

A contabilização dos contratos de concessão a Companhia efetua análises que envolvem o julgamento da Administração, substancialmente, no que diz respeito à aplicabilidade da interpretação de contratos de concessão, determinação e classificação dos gastos de construção, ampliação e reforços como ativo financeiro. O tratamento contábil para cada contrato de concessão da Companhia e suas características estão descritos na nota explicativa 5.2 (a) e 7.

• Momento de reconhecimento do ativo financeiro

A Administração da Companhia avalia o momento de reconhecimento dos ativos financeiros com base nas características econômicas de cada contrato de concessão. A contabilização de adições subsequentes ao ativo financeiro somente ocorrerão quando da prestação de serviço de construção relacionado com ampliação/melhoria/forço da infraestrutura que represente potencial de geração de receita adicional. Para esses casos, a obrigação da construção não é reconhecida na assinatura do contrato, mas o será no momento da construção, com contrapartida de ativo financeiro. O ativo financeiro de indenização é reconhecido quando a construção é finalizada e incluído como remuneração dos serviços de construção.

• Determinação da taxa efetiva de juros do ativo financeiro

A taxa efetiva de juros é a taxa que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos de caixa futuros estimados durante a vida esperada do instrumento. Se a entidade revisa as suas estimativas de pagamentos ou receitas, a quantia escriturada do ativo financeiro é ajustada para refletir os fluxos estimados de caixa reais e revisados, sendo o ajuste reconhecido como receita ou despesa no resultado.

• Quando a construção presta serviços de construção, é reconhecida a receita de construção pelo valor justo e os respectivos custos transformados em despesas relativas ao serviço de construção prestado e, dessa forma, por consequência, apurar margem de lucro. Na contabilização das receitas de construção a Administração da Companhia avalia questões relacionadas à responsabilidade primária pela prestação de serviços de construção, mesmo nos casos em que haja a terceirização dos serviços, custos de gerenciamento e/ou acompanhamento da obra, levando em consideração que os projetos embutem margem suficiente para cobrir os custos de construção mais determinadas despesas do período de construção. Todas as premissas descritas são utilizadas para fins de determinação do valor justo das atividades de construção.

• Valor do ativo indenizável

Conforme definido nos contratos, a extinção da concessão determinará, de pleno direito, a reversão ao poder concedente dos bens vinculados ao serviço, procedendo-se os levantamentos e avaliações, bem como a determinação do montante da indenização devida à concessionária, observados os valores e as datas de sua incorporação ao sistema elétrico. A Companhia considera que o valor da indenização a que terá direito deve corresponder ao Valor Novo de Reposição ajustado pela depreciação acumulada de cada item. Considerando as incertezas existentes hoje no mercado de energia, a Companhia estimou o valor de indenização de seus ativos com base nos seus respectivos valores de livros, sendo este o montante que a Administração entende ser o mínimo garantido pela regulamentação em vigor. Considerando que a Administração monitora de maneira constante a regulamentação do setor, em caso de mudanças nesta regulamentação que, por ventura alterem a estimativa sobre o valor de indenização dos ativos, os efeitos contábeis destas mudanças serão tratados de maneira prospectiva nas Demonstrações Financeiras. No entanto, a Administração reitera seu compromisso em continuar a defender os interesses dos acionistas da Companhia na realização destes ativos, visando a maximização do retorno sobre o capital investido na concessão, dentro dos limites legais.

• Determinação das receitas de operação e manutenção

Quando a concessionária presta serviços de operação e manutenção, é reconhecida a receita pelo valor justo e os respectivos custos, conforme estágio de conclusão do contrato.

• Valor e vida útil do ativo imobilizado

A Companhia não considerou relevante o saldo do ativo imobilizado e, consequentemente, optou por não adotar a prática do "custo atribuído" ("deemed cost"), conforme previsto no ICP 10 - Interpretação sobre a Aplicação Inicial ao Ativo Imobilizado e à Propriedade para Investimento. Adicionalmente, os efeitos de depreciação decorrentes da primeira análise periódica do prazo de vida útil-econômica remanescente dos bens do ativo imobilizado conforme determinado pelo ICP 10 não foram considerados relevantes pela administração da Companhia.

2.4 Procedimentos de consolidação

As demonstrações financeiras consolidadas incluem as demonstrações financeiras da CTEEP, de suas controladas e de suas controladas em conjunto. O controle é obtido quando a Companhia tem o poder de controlar as políticas financeiras e operacionais de uma entidade para auferir benefícios de suas atividades.

As controladas e controladas em conjunto (joint venture) são consolidadas integral e proporcionalmente, respectivamente, a partir da data em que o controle, controle compartilhado, se inicia até a data em que o controle, controle compartilhado, deixa de existir.

Em 31 de dezembro de 2010 as participações nas controladas se apresentavam da seguinte forma:

|                                                                |            | Data-base das demonstrações financeiras | 2010 | Participação % | 2009 |
|----------------------------------------------------------------|------------|-----------------------------------------|------|----------------|------|
| <b>Controladas</b>                                             |            |                                         |      |                |      |
| Interligação Elétrica Pinheiros S.A. (Pinheiros).....          | 31/12/2010 |                                         | 100  | 100            |      |
| Interligação Elétrica Serra do Japi S.A. (Serra do Japi) ..... | 31/12/2010 |                                         | 100  | 100            |      |
| <b>Controladas em conjunto</b>                                 |            |                                         |      |                |      |
| Interligação Elétrica de Minas Gerais S.A. (IEMG) .....        | 31/12/2010 |                                         | 60   | 60             |      |
| Interligação Elétrica Norte e Nordeste S.A. (IENNE).....       | 31/12/2010 |                                         | 25   | 25             |      |
| Interligação Elétrica do Sul S.A. (IESUL).....                 | 31/12/2010 |                                         | 50   | 100            |      |
| Interligação Elétrica do Madeira S.A. (EMADEIRA).....          | 31/12/2010 |                                         | 51   | 51             |      |

A Linha Verde Transmissora de Energia S.A., Rio Branco Transmissora de Energia S.A. e Transmissora Matogrossense de Energia S.A., não estão incluídas na consolidação, pois a Companhia ainda não integralizou sua participação no capital social dessas empresas.

Os seguintes procedimentos foram adotados na preparação das demonstrações financeiras consolidadas:

- eliminação do patrimônio líquido das controladas;
- eliminação do resultado de equivalência patrimonial; e,
- eliminação dos saldos de ativos e passivos, receitas e despesas entre as empresas consolidadas.

As práticas contábeis foram aplicadas de maneira uniforme em todas as empresas consolidadas. Todas as empresas consolidadas tiveram suas demonstrações financeiras examinadas por nossos auditores independentes para fins de consolidação.

### 3. Principais práticas contábeis

#### 3.1 Atuação do resultado

O Resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência.

#### 3.2 Reconhecimento de receita

As receitas são reconhecidas em conformidade com o estabelecido pela ICP 01. Os concessionários devem registrar e mensurar a receita dos serviços que prestam obedecendo aos pronunciamentos técnicos CPC 17 - Contratos de Construção e CPC 30 - Receitas (serviços de operação e manutenção), mesmo quando prestados sob um único contrato de concessão. As receitas da Companhia são:

##### (a) Receita de construção

Refere-se aos serviços de construção, ampliação e reforço das instalações de transmissão de energia elétrica. São reconhecidos conforme o estágio de conclusão das obras e calculadas acrescentando-se as alíquotas de PIS e COFINS ao valor do investimento, uma vez que os projetos embutem margem suficiente para cobrir os custos de construção mais determinadas despesas do período de construção, considerando que boa parte de suas instalações é construída através de contratos terceirizados com partes não relacionadas.

##### (b) Receita financeira

Refere-se aos juros reconhecidos pelo método linear com base na taxa efetiva de juros sobre o montante a receber da receita de construção. A taxa efetiva de juros é apurada descontando-se os fluxos de caixa futuros estimados durante a vida prevista do ativo financeiro sobre o valor contábil inicial deste ativo financeiro.

##### (c) Receita de operação e manutenção

Refere-se aos serviços de operação e manutenção das instalações de transmissão de energia elétrica visando a não interrupção da disponibilidade dessas instalações.

#### 3.3 Plano de renda e contribuição social corrente e diferido

São apurados observando-se as disposições da legislação aplicável, com base no lucro líquido, ajustado pela inclusão de despesas não dedutíveis, exclusão de receitas não tributáveis e inclusão e/ou exclusão de diferenças temporárias. A partir de 2009, a Companhia optou pelo regime do Lucro Real Trimestral. Até 2008, a opção era pelo regime de Lucro Real Anual.

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real. Exceto pela Interligação Elétrica de Minas Gerais S.A. ("IEMG"), Interligação Elétrica Pinheiros S.A. ("Pinheiros") e a Interligação Elétrica do Sul S.A. ("IESUL"), que optaram pelo regime do Lucro Real, as demais controladas são consideradas, para fins fiscais, em fase pré-operacional.

Os impostos diferidos ativos decorrentes de diferenças temporárias foram constituídos em conformidade com a Instrução CVM nº 371, de 27 de junho de 2002 e do CPC 32 - Tributos sobre o Lucro, e consideram o histórico de rentabilidade e a expectativa de geração de lucros tributáveis futuros incluídos no estudo técnico de viabilidade aprovado pelo órgão de administração da entidade.

A recuperação do saldo dos impostos diferidos ativos é revisada no final de cada exercício e, quando não for mais provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis para permitir a recuperação de todo o ativo, ou parte dele, o saldo do ativo é ajustado pelo montante que se espera que seja recuperado.

Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados pelas alíquotas aplicáveis no período no qual se espera que o passivo seja liquidado ou o ativo seja realizado, com base nas alíquotas previstas na legislação tributária vigente no final de cada exercício, ou quando uma nova legislação tiver sido substancialmente aprovada.

Os impostos diferidos ativos e passivos são compensados apenas quando há o direito legal de compensar o ativo fiscal corrente com o passivo fiscal corrente e quando eles estão relacionados aos impostos administrados pela mesma autoridade fiscal e a Companhia pretende liquidar o valor líquido dos seus ativos e passivos fiscais correntes.

#### 3.4 Instrumentos financeiros

##### (a) Ativos financeiros

##### (i) Classificação e mensuração

Ativos financeiros são classificados nas seguintes categorias específicas: ativos financeiros a valor justo por meio do resultado, investimentos mantidos até o vencimento, ativos financeiros disponíveis para venda e empréstimos e recebíveis. Quando um instrumento de patrimônio não é cotado em um mercado ativo e seu valor justo não pode ser mensurado com confiança, este é mensurado ao custo e testado para impairment.

A classificação depende da finalidade dos ativos financeiros e é determinada na data do reconhecimento inicial. Todas as aquisições ou alienações normais de ativos financeiros são reconhecidas ou baixadas com base na data de negociação. As aquisições ou alienações normais correspondem a aquisições ou alienações de ativos financeiros que requerem a entrega de ativos dentro do prazo estabelecido por meio de norma ou prática de mercado. O método de juros efetivos é utilizado para calcular o custo amortizado de um instrumento da dívida e alocar sua receita de juros ao longo do período correspondente. A taxa de juros efetiva é a taxa que desconta exatamente os recebimentos de caixa futuros estimados durante a vida estimada do instrumento da dívida ou, quando apropriado, durante um período menor, para o valor contábil líquido na data do reconhecimento inicial. A receita é reconhecida com base nos juros efetivos para os instrumentos de dívida com características como ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado. A recuperação do saldo dos impostos diferidos ativos é revisada no final de cada exercício e, quando não for mais provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis para permitir a recuperação de todo o ativo, ou parte dele, o saldo do ativo é ajustado pelo montante que se espera que seja recuperado.

##### • Ativos financeiros ao valor justo por meio de resultado

Os ativos financeiros são classificados ao valor justo por meio do resultado quando são mantidos para negociação ou designados pelo valor justo por meio de resultado. Os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são demonstrados ao valor justo, e quaisquer ganhos ou perdas resultantes são reconhecidos no resultado. Ganhos ou perdas líquidos reconhecidos no resultado incorporam os dividendos ou juros auferidos pelo ativo financeiro, sendo incluídos na rubrica "Outros ganhos e perdas", na demonstração do resultado abrangente.

Um ativo financeiro é classificado como mantido para negociação se (i) for adquirido principalmente para ser vendido a curto prazo; ou (ii) no reconhecimento inicial é parte de uma carteira de instrumentos financeiros identificados que a Companhia administra em conjunto e possui um padrão real recente de obtenção de lucros a curto prazo; ou (iii) for um derivativo que não tenha sido designado como um instrumento de "hedge" efetivo.

Um ativo financeiro além dos mantidos para negociação pode ser designado ao valor justo por meio do resultado no reconhecimento inicial se (i) tal designação eliminar ou reduzir significativamente uma inconsistência de mensuração ou reconhecimento que, de outra forma, surgiria; ou (ii) o ativo financeiro for parte de um grupo gerenciado de ativos ou passivos financeiros ou ambos, e seu desempenho for avaliado com base no valor justo, de acordo com a estratégia documentada de gerenciamento de risco ou de investimento da Companhia, e quando as informações sobre o agrupamento forem fornecidas internamente com a mesma base; ou (iii) fizer parte de um contrato contendo um ou mais derivativos embutidos e o CPC 38 e IAS 39 permitir que o contrato combinado seja totalmente designado ao valor justo por meio do resultado.

Em 31 de dezembro de 2010, de 2009 e em 1º de janeiro de 2009 os ativos financeiros classificados nesta categoria estão relacionados ao caixa e equivalentes de caixa.

##### • Ativos financeiros mantidos até o vencimento

Os investimentos mantidos até o vencimento correspondem a ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis e data de vencimento fixa que a Companhia tem a intenção positiva e a capacidade de manter até o vencimento. Após o reconhecimento inicial, os investimentos mantidos até o vencimento são mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos, menos eventual perda por redução ao valor justo.

Em 31 de dezembro de 2010, de 2009 e em 1º de janeiro de 2009 a Companhia não possuía ativos financeiros classificados como mantidos até o vencimento.

##### • Ativos financeiros disponíveis para venda

Os ativos financeiros disponíveis para venda correspondem a ativos financeiros não derivativos designados como "disponíveis para venda" ou não são classificados como: (a) empréstimos e recebíveis, (b) investimentos mantidos até o vencimento, ou (c) ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado.

Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações no valor justo de ativos financeiros classificados como disponíveis para venda, quando aplicável, são registrados na rubrica "Outros resultados abrangentes", no patrimônio líquido, até o momento da liquidação do ativo financeiro, quando, por fim, são reclassificadas para o resultado do exercício.

Em 31 de dezembro de 2010, de 2009 e em 1º de janeiro de 2009 a Companhia não possuía nenhum ativo financeiro classificado como disponível para venda.

##### • Empréstimos e recebíveis

São incluídos nessa classificação os ativos financeiros não derivativos com recebimentos fixos ou determináveis, que não são cotados em um mercado ativo. São registrados no ativo circulante, exceto, nos casos aplicáveis, aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data do balanço, os quais são classificados como ativo não circulante.

Os empréstimos e recebíveis são mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos, deduzidos de qualquer perda por redução do valor recuperável. A receita de juros é reconhecida através da aplicação da taxa de juros efetiva, exceto para créditos de curto prazo quando o reconhecimento dos juros seria imaterial.

Em 31 de dezembro de 2010 e de 2009 e em 1º de janeiro de 2009, os ativos financeiros da Companhia classificados nesta categoria, compreendiam o contas a receber e valores a receber - Secretaria da Fazenda.

(ii) Redução ao valor recuperável de ativos financeiros

Ativos financeiros, exceto aqueles designados pelo valor justo por meio do resultado, são avaliados por indicadores de redução ao valor recuperável no final de cada período de relatório. As perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas se, e apenas se, houver evidência objetiva da redução ao valor recuperável do ativo financeiro como resultado de um ou mais eventos que tenham ocorrido após seu reconhecimento inicial, com impacto nos fluxos de caixa futuros estimados desse ativo.

O valor contábil do ativo financeiro é reduzido diretamente pela perda por redução ao valor recuperável para todos os ativos financeiros, com exceção das contas a receber, em que o valor contábil é reduzido pelo uso de uma provisão. Recuperações subsequentes de valores anteriormente baixados são creditadas à provisão. Mudanças no valor contábil da provisão são reconhecidas no resultado.

##### (iii) Baixa de ativos financeiros

A Companhia baixa um ativo financeiro, apenas quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa provenientes desse ativo expiram, ou transfere o ativo, e substancialmente todos os riscos e benefícios da propriedade para outra empresa. Se a Companhia não transferir nem reter substancialmente todos os riscos e benefícios da propriedade do ativo financeiro, mas continuar a controlar o ativo transferido, a participação retida e o respectivo passivo nos contratos, que se referem exclusivamente a pagamentos do principal e dos juros sobre o valor principal devido são geralmente mensurados ao custo amortizado ao final dos períodos contábeis subsequentes. Todos os outros instrumentos de dívida e investimentos em títulos patrimoniais são mensurados ao valor justo ao final dos períodos contábeis subsequentes.

O efeito mais significativo da IFRS 9 relacionado à classificação e mensuração de passivos financeiros refere-se à contabilização das variações no valor justo de um passivo financeiro (designado ao valor justo através do resultado) atribuíveis a mudanças no risco de crédito daquele passivo. Especificamente, de acordo com a IFRS 9, com relação aos passivos financeiros reconhecidos ao valor justo através do resultado, o valor da variação no valor justo do passivo financeiro atribuível a mudanças no risco de crédito daquele passivo é reconhecido em "Outros resultados abrangentes", a menos que o reconhecimento dos efeitos das mudanças no risco de crédito do passivo em "Outros resultados abrangentes" resulte em aumento ou decréscimo contábil no resultado. As variações no valor justo atribuíveis ao risco de crédito de um passivo financeiro não são reclassificadas no resultado. Anteriormente, de acordo com a IAS 39 e CPC 38, o valor total da variação no valor justo do passivo financeiro reconhecido ao valor justo através do resultado foi reconhecido no resultado.

Não são esperados impactos relevantes nas demonstrações financeiras da Companhia e suas controladas quando da adoção dessa norma.

A versão revisada da IFRS 9 tem a mesma data de adoção obrigatória que a sua versão anterior, 1º de janeiro de 2013. A versão revisada permite a adoção antecipada, mas se uma entidade decide aplicar a orientação relativa à classificação e mensuração de passivos financeiros antecipadamente, ela deve também aplicar qualquer outro requerimento da IFRS 9 que tenha sido anteriormente finalizado naquele momento. A norma revisada deve ser aplicada retrospectivamente de acordo com a IAS 8.

##### (d) Modificação da IAS 12 sobre impostos diferidos: recuperação dos ativos subjacentes

Em 20 de dezembro de 2010, o IASB emitiu a modificação da IAS 12 - Income Taxes denominada Deferred Tax: Recovery of Underlying Assets. A IAS 12 requer que uma entidade mensure os impostos diferidos relativos a um ativo dependendo se a entidade espera recuperar o valor contábil do ativo através do uso ou da venda.

Não são esperados impactos relevantes nas demonstrações financeiras da Companhia e suas controladas quando da adoção das modificações dessa norma.

As modificações devem ser adotadas obrigatoriamente para exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2012 e a adoção antecipada é permitida.

##### (e) IAS 24 - Divulgação de transação com partes relacionadas (revisada em 2009)

Em 2009, o IASB emitiu a modificação da IAS 24 - Related Party Disclosures. A Norma revisada simplifica os requisitos de divulgação para as entidades que são controladas, controlada em conjunto ou significativamente influenciada por um governo (referido como entidades ligadas ao governo) e modifica a definição de uma parte relacionada. A Norma exige a aplicação retroativa. Assim, no ano do requerimento inicial, divulgações para o período comparativo terão de ser corrigidas.

A Companhia está avaliando eventuais impactos uma vez que possui partes relacionadas ligadas ao governo.

As modificações devem ser adotadas obrigatoriamente para exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2011 e a adoção antecipada é permitida.

##### (f) Modificação da IAS 32 sobre classificação de direitos, opções e garantias

As modificações da IAS 32 - Financial Instruments: Disclosure and Presentation - endereça os critérios para classificação de certos instrumentos expressos em moeda estrangeira como um instrumento patrimonial ou como um passivo financeiro.

Não são esperados impactos relevantes nas demonstrações financeiras da Companhia e suas controladas quando da adoção da modificação dessa interpretação.

As modificações devem ser adotadas obrigatoriamente para exercícios iniciados em ou após 1º de fevereiro de 2010 e a adoção antecipada é permitida.

##### (g) Modificação da IFRIC 14 sobre pagamentos antecipados de exigência mínima de financiamento

Modificação da interpretação IFRIC 14 - Limit on a Defined Benefit Asset/Minimum Funding Requirements - ocorreu em novembro de 2009 para tratar das situações em que uma entidade adianta o pagamento das contribuições para atender a exigência do financiamento. Esses adiantamentos permitem que o benefício desse adiantamento seja reconhecido como um ativo.

Não são esperados impactos relevantes nas demonstrações financeiras da Companhia e suas controladas quando da adoção da modificação dessa interpretação.

A modificação deve ser adotada obrigatoriamente para exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2011 e a adoção antecipada é permitida.

##### (h) IFRIC 19 - Extinção de passivos financeiros com instrumentos patrimoniais

Interpretação emitida em 26 de novembro de 2009 que trata de quando o passivo financeiro deixa de existir e em troca a entidade emite um instrumento de patrimônio.

Não são esperados impactos relevantes nas demonstrações financeiras da Companhia e suas controladas quando da adoção da modificação dessa interpretação.

A interpretação tem adoção obrigatória para exercícios iniciados em ou após 1º de julho de 2010 e a adoção antecipada é permitida.

##### (i) Melhorias para as IFRSs 2010

Em 06 de maio de 2010, o IASB emitiu documento chamado Melhorias para as IFRSs 2010 (Improvements to IFRSs 2010), incorporando alterações em sete normas. Esse é o terceiro conjunto de alterações emitidas através do processo anual de melhorias, que é designado para efetuar melhorias necessárias, mas não urgentes às IFRSs.

A Companhia e suas controladas estão analisando os possíveis impactos em suas demonstrações financeiras provenientes da adoção dessas melhorias, mas não são esperados que esses impactos sejam relevantes.

#### 3.7 Estoques

Os estoques são apresentados pelo menor valor entre o valor de custo e o valor líquido realizável. Os custos dos estoques são determinados pelo método do custo médio. O valor líquido realizável corresponde ao preço de venda estimado dos estoques, deduzido de todos os custos estimados para conclusão e custos necessários para realizar a venda.

#### 3.8 Investimentos

Nas demonstrações financeiras individuais a Companhia reconhece e demonstra os investimentos em controladas através do método de equivalência patrimonial.

#### 3.9 Imobilizado

Representado, basicamente, pelos ativos administrativos. A depreciação é calculada pelo método linear considerando o tempo da vida útil estimado dos bens.

Outros gastos são capitalizados apenas quando há um aumento nos benefícios econômicos desse item do imobilizado. Qualquer outro tipo de gasto é reconhecido no resultado como despesa quando incorrido.

A Companhia não considerou relevante o saldo do ativo imobilizado e, consequentemente, optou por não adotar a prática do "custo atribuído" ("deemed cost"), conforme previsto no ICP 10 - Interpretação sobre a Aplicação Inicial ao Ativo Imobilizado e à Propriedade para Investimento. Adicionalmente, os efeitos de depreciação decorrentes da primeira análise periódica do prazo de vida útil-econômica remanescente dos bens do ativo imobilizado conforme determinado pelo ICP 10 não foram considerados relevantes pela administração da Companhia.

#### 3.10 Intangível

Representado basicamente pelos gastos incorridos na implantação ERP. A amortização é calculada pelo método linear considerando o tempo da vida útil estimado do referido sistema.

Adicionalmente, os efeitos de amortização decorrentes da primeira análise periódica do prazo de vida útil-econômica remanescente do referido sistema do ativo intangível conforme determinado pelo ICP 10, não foram considerados relevantes pela administração da Companhia.

#### 3.11 Arrendamentos

##### (a) A Companhia como arrendatária

##### • Arrendamentos operacionais

Os pagamentos referentes aos arrendamentos operacionais são reconhecidos como despesa pelo método linear pelo período de vigência do contrato, exceto quando outra base sistemática é mais representativa para refletir o momento em que os benefícios econômicos do ativo arrendado são consumidos. Os pagamentos contingentes oriundos de arrendamento operacional são reconhecidos como despesa no período em que são incorridos.

##### • Arrendamentos financeiros

No início do contrato, os arrendamentos financeiros são reconhecidos como ativos e passivos nos seus balanços por quantias iguais ao valor justo da propriedade arrendada ou, se inferior, ao valor presente dos pagamentos mínimos do arrendamento.

A taxa de desconto utilizada no cálculo do valor presente dos pagamentos mínimos do arrendamento mercantil é a taxa de juros implícita no arrendamento mercantil, se for praticável determinar essa taxa, se não for, é utilizada a taxa incremental de financiamento do arrendatário. Quaisquer custos diretos iniciais do arrendatário são adicionados à quantia reconhecida como ativo.

##### (b) A Companhia como arrendadora

A receita de aluguel oriunda de arrendamento operacional é reconhecida pelo método linear durante o período de vigência do arrendamento em questão. Os custos diretos iniciais incorridos na negociação e preparação do leasing operacional são adicionados ao valor contábil dos ativos arrendados e reconhecidos também pelo método linear pelo período de vigência do arrendamento.

#### 3.12 Demais ativos circulante e não circulante

São apresentados pelo seu valor líquido de realização.

A provisão para créditos de liquidação duvidosa é constituída por valores considerados de improvável realização na data dos balanços patrimoniais.

#### 3.13 Passivos circulante e não circulante

São demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias e/ou cambiais incorridas até a data do balanço.

#### 3.14 Provisões

As provisões são reconhecidas para obrigações presentes (legal ou construtiva) resultante de eventos passados, em que seja possível estimar os valores de forma confiável e cuja liquidação seja provável.

O valor reconhecido como provisão é a melhor estimativa das considerações requeridas para liquidar a obrigação no final de cada exercício, considerando-se os riscos e as incertezas relativos à obrigação. Quando a provisão é mensurada com base nos fluxos de caixa estimados para liquidar a obrigação, seu valor contábil corresponde ao valor presente desses fluxos de caixa.

Quando alguns ou todos os benefícios econômicos requeridos para a liquidação de uma provisão são esperados que sejam recuperados de um terceiro, um ativo é reconhecido se, e somente se, o reembolso for virtualmente certo e o valor puder ser mensurado de forma confiável.

As provisões para ações judiciais são reconhecidas quando a Companhia e suas controladas têm uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos passados, sendo provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e o valor possa ser estimado com segurança. As provisões são quantificadas ao valor presente do desembolso esperado para liquidar a obrigação, usando-se a taxa adequada de desconto de acordo com os riscos relacionados ao passivo.

São atualizadas até as datas dos balanços pelo montante estimado das perdas prováveis, observadas suas naturezas e apoiadas na opinião dos advogados da Companhia e de suas controladas. Os fundamentos e a natureza das provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas estão descritos na nota explicativa 20(b).

#### 3.15 Plano de aposentadoria e outros benefícios a empregados

A Companhia patrocina planos de aposentadoria e assistência médica aos seus empregados, administrados pela Fundação CESP. Os pagamentos a planos de aposentadoria de contribuição definida são reconhecidos como despesa quando os serviços que concedem direito a esses pagamentos são prestados.

No caso dos planos de aposentadoria de benefício definido, o custo da concessão dos benefícios é determinado pelo Método da Unidade de Crédito Projetada com base em avaliação atuarial realizada anualmente no final de cada período de relatório. Ganhos e perdas atuariais que excedam 10% do maior valor no exercício anterior, entre o valor presente das obrigações com os benefícios definidos e o valor justo dos ativos do plano, são amortizados no período médio restante esperado de vida laboral dos empregados participantes. O custo de serviços passados é reconhecido imediatamente, na medida em que os benefícios já foram concedidos, ou então, amortizado pelo método linear pelo período médio até que os benefícios tenham sido adquiridos. Eventual obrigação com benefícios de aposentadoria reconhecida no balanço patrimonial representa o valor presente da obrigação com os benefícios definidos, ajustada por ganhos e perdas atuariais não reconhecidos e pelo custo dos serviços passados não reconhecido, reduzido pelo valor justo dos ativos do plano. Qualquer valor resultante desse cálculo está limitado ao montante das perdas atuariais não reconhecidas e do custo dos serviços passados, acrescido do valor presente de restituições disponíveis e reduções em futuras contribuições ao plano.

#### 3.16 Dividendos e juros sobre capital próprio

A política de reconhecimento de dividendos está em conformidade com o CPC 24 e ICP 08, que determinam que os dividendos propostos que estejam fundamentados em obrigações estatutárias devem ser registrados no passivo circulante. O estatuto da Companhia estabelece um dividendo mínimo obrigatório equivalente à 10% do capital social. A parcela dos dividendos superior ao dividendo mínimo obrigatório, declarada pela Administração após o período contábil a que se referem as demonstrações financeiras, mas antes da data de autorização para emissão das referidas demonstrações financeiras, é registrada na rubrica "Dividendo adicional proposto", no patrimônio líquido, conforme nota explicativa 23(b).

A Companhia distribui juros sobre o capital próprio, os quais são dedutíveis para fins fiscais e considerados parte dos dividendos obrigatórios e estão demonstrados como destinação do resultado diretamente no patrimônio líquido.

#### 3.17 Segmento de negócio

Segmentos operacionais são definidos como atividades de negócio das quais pode se obter receitas e incorrer em despesas, com disponibilidade de informações financeiras individualizadas e cujos resultados operacionais são regularmente revistos pela administração no processo de tomada de decisão.

No entendimento da administração da Companhia, embora reconheça receita para as atividades de construção, e de operação e manutenção considerando que essas receitas são originadas por um único contrato de concessão de serviço público de transmissão de energia elétrica relevante, a CTEEP possui apenas um segmento de negócio: transmissão de energia elétrica.

#### 3.18 Demonstração do Valor Adicionado ("DVA")

Essa demonstração tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Companhia e sua distribuição durante determinado período e é apresentada pela Companhia, conforme requerido pela legislação societária brasileira, como parte de suas demonstrações financeiras individuais e como informação suplementar às demonstrações financeiras consolidadas, pois não é uma demonstração prevista e nem obrigatória conforme as IFRS. A DVA foi preparada com base em informações obtidas dos registros contábeis que servem de base de preparação das demonstrações financeiras e seguindo as disposições contidas no CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em sua primeira parte apresenta a riqueza criada pela Companhia, representada pelas receitas (receita bruta das vendas, incluindo os tributos incidentes sobre a mesma, as outras receitas e os efeitos da provisão para créditos de liquidação duvidosa), pelos insumos adquiridos de terceiros (custo das vendas e aquisições de materiais, energia e serviços de terceiros, incluindo os tributos incluídos no momento da aquisição, os efeitos das perdas e recuperação de valores ativos, e a depreciação e amortização) e o valor adicionado recebido de terceiros (resultado da equivalência patrimonial, receitas financeiras e outras receitas). A segunda parte da DVA apresenta a distribuição da riqueza entre pessoal, impostos, taxas e contribuições, remuneração de capitais de terceiros e remuneração de capitais próprios.

### 4. Normas e interpretações novas e revisadas e ainda não adotadas

Novos pronunciamentos, alterações nos pronunciamentos existentes e novas interpretações listadas a seguir foram publicados e são obrigatórios para os exercícios iniciados em 1º de







NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E DE 2009

Em milhares de reais, exceto quando indicado

| Moeda nacional                      | Encargos                | Vencimento | 2010           | 2009             | Consolidado<br>01/01/2009 |
|-------------------------------------|-------------------------|------------|----------------|------------------|---------------------------|
| BNDES (a) (i)                       | 2,3% a.a. acima da TJLP | 15/06/2015 | 421.146        | 514.117          | 606.169                   |
| BNDES (a) (ii)                      | 1,8% a.a. acima da TJLP | 15/06/2015 | 160.605        | -                | -                         |
| BNDES (b)                           | 2,4% a.a. acima da TJLP | 15/04/2023 | 37.630         | 40.680           | -                         |
| BNDES (c)                           | 2,8% a.a. acima da TJLP | 15/04/2011 | 185.134        | -                | -                         |
| Notas Promissórias (d)              |                         |            |                |                  |                           |
| 1ª emissão                          |                         | 17/06/2009 | -              | -                | 199.068                   |
| 2ª emissão                          | 119,5% a.a. CDI         | 19/04/2010 | -              | 213.696          | -                         |
| 3ª emissão                          | 106,5% a.a. CDI         | 13/01/2010 | -              | 208.029          | -                         |
| Banco Bradesco (e)                  | CDI + 2,0% a.a.         |            | 1.396          | 45.717           | 51.010                    |
| Citibank (f)                        | CDI + 1,5% a.a.         | 11/03/2011 | 8.297          | 24.537           | -                         |
| Banco do Nordeste (g)               | 10% a.a.                | 19/05/2030 | 56.094         | -                | -                         |
| Eletrobras                          |                         | 15/11/2021 | 441            | 491              | 541                       |
| Arrendamentos mercantis financeiros |                         |            | 1.702          | 2.143            | -                         |
|                                     |                         |            | <b>872.445</b> | <b>1.049.410</b> | <b>856.788</b>            |
| Circulante                          |                         |            | <b>332.413</b> | <b>592.129</b>   | <b>345.502</b>            |
| Não circulante                      |                         |            | <b>540.032</b> | <b>457.281</b>   | <b>511.286</b>            |

(a) (i) Em 17 de setembro de 2007, a CTEEP assinou contrato de empréstimo com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES no montante de R\$ 764,2 milhões, reduzido para R\$ 602,2 milhões em dezembro de 2008. O valor corresponde a 70,0% do investimento total realizado, que inclui obras de melhoria sistêmica, reforços, modernizações do sistema de transmissão existente e novos projetos, e é parte do Plano de Investimentos Plurianual 2006/2008. A amortização está sendo em 78 parcelas mensais a partir de janeiro de 2009. Como garantia, a Companhia ofereceu fiança bancária contratada com vigência até 15 de dezembro de 2015, junto aos bancos Bradesco, Santander e Banco do Brasil, ao custo de 0,7% a.a., com vencimentos trimestrais.

(ii) Em 18 de novembro de 2008, a CTEEP assinou contrato de empréstimo com o BNDES no montante de R\$ 329,1 milhões. Em 27 de janeiro de 2010 foram liberados R\$ 160,0 milhões, e as demais liberações estão previstas para os próximos trimestres. O valor destina-se a cobrir os investimentos em reforços, modernizações do sistema existente e novas conexões a serem efetuadas entre jan/09 e dez/10. A amortização será em 54 parcelas mensais a partir de janeiro de 2011, sendo que, até o início da amortização, os encargos serão pagos trimestralmente. Como garantia, a Companhia ofereceu fiança bancária contratada com vigência até 15 de junho de 2015 junto ao banco Bradesco, ao custo de 1,2% a.a. com vencimentos trimestrais.

(b) Em 14 de janeiro de 2009 a controlada IEMG assinou contrato de empréstimo com o BNDES no montante de R\$ 70,6 milhões, cujo valor foi liberado em 27 de março de 2009. O recurso destina-se a financiar, aproximadamente, 50,0% da Linha de Transmissão (LT) entre as subestações Neves 1 e Mesquita. A amortização é feita em 168 parcelas mensais a partir de 15 de maio 2009. Como garantia foi oferecida fiança bancária contratada com vigência até 18 de março de 2010, junto ao banco HSBC. Em 18 de fevereiro de 2010, foi assinado aditivo ao contrato de fiança bancária prorrogando sua vigência para 15 de março de 2011.

(c) Em 11 de agosto de 2010 a controlada IEMADEIRA assinou contrato de empréstimo com o BNDES, nos valores de R\$ 292,6 e R\$ 108,7 milhões. Em 30 de agosto de 2010 foram liberados R\$ 163,0 milhões e as demais liberações estão previstas para os próximos trimestres. O recurso destina-se a financiar a construção das Linhas de Transmissão e Subestações constantes nos contratos de concessão. A amortização será em parcela única juntamente com os encargos. Como garantia foi oferecida fiança bancária contratada com vigência até 15 de junho de 2011, junto aos bancos Bradesco, Banco Espírito Santo - BES e Santander.

(d) 2ª Emissão - emitida em 24 de abril de 2009, no montante de R\$ 200,0 milhões e liquidadas em 19 de abril de 2010. Os encargos nominais corresponderam a 119,5% do CDI. Os custos de emissão dessas notas promissórias totalizaram R\$ 1.692 e, em conformidade com o CPC 08, os custos de emissão das notas promissórias foram registrados deduzindo o valor de captação e apropriados ao resultado no prazo da transação.

(iii) Conta garantida com limite de R\$ 20,0 milhões. Os encargos nominais correspondem a 100,0% do CDI.

(f) 3ª Emissão - emitida em 17 de julho de 2009, no montante de R\$ 200,0 milhões, seu vencimento foi antecipado para janeiro de 2010 em função da emissão das debêntures (Nota 16). Os encargos nominais corresponderam a 106,5% do CDI. Os custos de emissão dessas notas promissórias totalizaram R\$ 1.295.

(e) Cédulas de crédito bancário da controlada IENNE junto ao Banco Bradesco:

(i) emitida em 13 de julho de 2009, com um limite de R\$ 180,0 milhões. Os encargos incidentes sobre esta operação foram pagos mensalmente, tendo ocorrida a liquidação em 30 de julho de 2010. Como garantia foi oferecida "Standby Letter of Credit" (SBLC).

(ii) emitida em 15 de julho de 2009, com um limite de R\$ 58,0 milhões. Os encargos incidentes sobre esta operação foram pagos mensalmente, tendo ocorrida a liquidação em 30 de julho de 2010. Como garantia foi oferecida fiança bancária contratada junto ao HSBC.

(f) Cédulas de crédito bancário da controlada IESUL junto ao Banco Citibank S.A.:

(i) Em 27 de julho de 2009, a controlada IESUL assinou contrato de cédula de crédito bancário com o banco Citibank S.A., com um limite de R\$ 40,0 milhões. Os encargos incidentes sobre esta operação foram pagos mensalmente, tendo ocorrida a liquidação em 13 de outubro de 2010. Como garantia foi oferecida carta de conforto emitida pela CTEEP.

(ii) Em 04 de agosto de 2010, a controlada IESUL assinou contrato de cédula de crédito bancário com o banco Citibank S.A., com um limite de R\$ 17,0 milhões. Os encargos incidentes sobre esta operação são pagos mensalmente. O recurso destina-se a financiar a construção das Linhas de Transmissão e Subestações constantes nos contratos de concessão. Como garantia foi oferecida Nota Promissória.

(g) Em 19 de maio de 2010 a controlada IENNE assinou contrato de financiamento junto ao Banco do Nordeste do Brasil S.A., no montante de R\$ 220,0 milhões, cujo valor foi liberado nas datas de 20 e 30 de julho, 03 de setembro e 11 de outubro de 2010. O recurso destina-se a financiar, aproximadamente, 40% da Linha de Transmissão, entre as subestações de Colinas do Tocantins a São João do Piauí. A amortização será em 216 parcelas mensais a partir de junho de 2012, sendo que, até o início da amortização, os encargos serão pagos trimestralmente. Como garantia foi oferecida fiança bancária contratada com vigência até 15 de julho de 2011, junto ao banco Bradesco.

Os vencimentos das parcelas a longo prazo estão distribuídos como segue:

|           | 2010           | 2009           | Controladora<br>01/01/2009 | 2010           | 2009           | Consolidado<br>01/01/2009 |
|-----------|----------------|----------------|----------------------------|----------------|----------------|---------------------------|
| 2011      | -              | 93.951         | 92.940                     | -              | 96.989         | 92.940                    |
| 2012      | 128.771        | 93.046         | 92.940                     | 132.449        | 96.084         | 92.940                    |
| 2013      | 128.671        | 93.033         | 92.940                     | 132.963        | 96.071         | 92.940                    |
| 2014      | 128.626        | 93.033         | 92.940                     | 133.201        | 96.074         | 92.940                    |
| 2015      | 64.316         | 46.533         | 92.940                     | 69.183         | 49.571         | 92.940                    |
| Após 2015 | 193            | 190            | 46.586                     | 72.236         | 22.492         | 46.586                    |
|           | <b>450.577</b> | <b>419.786</b> | <b>511.286</b>             | <b>540.032</b> | <b>457.281</b> | <b>511.286</b>            |

16. Debêntures - controladora e consolidado

|                | Vencimento | Quantidade | Encargos         | 2010           | 2009 | Consolidado<br>01/01/2009 |
|----------------|------------|------------|------------------|----------------|------|---------------------------|
| 1ª série       | 15/12/2014 | 49.100     | CDI + 1,3% a.a.  | 490.405        | -    | -                         |
| 2ª série       | 15/12/2017 | 5.760      | IPCA + 8,1% a.a. | 65.388         | -    | -                         |
|                |            |            |                  | <b>555.793</b> | -    | -                         |
| Circulante     |            |            |                  | <b>2.154</b>   | -    | -                         |
| Não circulante |            |            |                  | <b>553.639</b> | -    | -                         |

Em dezembro de 2009, a CTEEP emitiu 54.860 debêntures no montante total de R\$ 548,6 milhões, com liquidação financeira em janeiro de 2010. A 1ª série terá amortizações nas seguintes datas: 15 de dezembro de 2012, de 2013 e de 2014; e a remuneração será paga semestralmente, nos dias 15 de junho e de dezembro de cada ano, tendo a primeira ocorrida em 15 de junho de 2010.

A 2ª série terá amortizações nas seguintes datas: 15 de junho de 2014, 15 de dezembro de 2015, de 2016 e de 2017; e a remuneração será paga nas seguintes datas: 15 de junho de 2011, de 2012, de 2013, de 2014, 15 de dezembro de 2015, de 2016 e de 2017.

Os vencimentos das parcelas a longo prazo estão distribuídos como segue:

|           | 2010           | 2009 | 01/01/2009 |
|-----------|----------------|------|------------|
| 2011      | -              | -    | -          |
| 2012      | 168.092        | -    | -          |
| 2013      | 163.206        | -    | -          |
| 2014      | 176.878        | -    | -          |
| 2015      | 15.153         | -    | -          |
| Após 2015 | 30.310         | -    | -          |
|           | <b>553.639</b> | -    | -          |

17. Tributos e encargos sociais a recolher

|                            | 2010          | 2009          | Controladora<br>01/01/2009 | 2010          | 2009          | Consolidado<br>01/01/2009 |
|----------------------------|---------------|---------------|----------------------------|---------------|---------------|---------------------------|
| Imposto de renda           | 45.952        | 52.289        | 722                        | 45.952        | 52.289        | 760                       |
| Contribuição social        | 16.633        | 15.923        | 270                        | 16.633        | 15.923        | 338                       |
| COFINS                     | 7.141         | 3.578         | 6.121                      | 7.210         | 3.609         | 6.127                     |
| PIS                        | 1.549         | 775           | 1.328                      | 1.564         | 782           | 1.329                     |
| Programa bolsa estudos (i) | 1.542         | 2.195         | 2.786                      | 1.542         | 2.195         | 2.786                     |
| INSS                       | 6.014         | 4.462         | 2.385                      | 6.206         | 4.539         | 2.496                     |
| ISS                        | 3.630         | 3.847         | -                          | 3.936         | 3.847         | -                         |
| Outros                     | 5.270         | 4.370         | 5.559                      | 5.702         | 5.321         | 5.640                     |
|                            | <b>87.731</b> | <b>87.439</b> | <b>19.171</b>              | <b>88.745</b> | <b>88.505</b> | <b>19.476</b>             |

(i) Refere-se a obrigações assumidas pela Companhia, em acordo firmado com os sindicatos, com vistas a reembolsar seus empregados de custos a conclusão de sua formação no ensino fundamental, médio e superior.

18. Impostos parcelados - Lei nº 11.941 - controladora e consolidado

Devido a questões relacionadas ao modo de preenchimento, a Companhia retificou as declarações de Débitos e Créditos Tributários Federais (DCTFs) referentes aos anos de 2004 a 2007, apurando um débito referente, substancialmente, às contribuições ao PIS e à COFINS. Para a quitação do débito a Companhia aderiu ao programa de parcelamento de débitos fiscais instituído pela Lei nº 11.941, de 27 de maio de 2009, pagando R\$ 141.162, em 30 de novembro de 2009, com benefício de redução da multa e juros no montante de R\$ 42.257. O saldo remanescente será pago em 180 meses a partir de novembro de 2009. Quanto à homologação do parcelamento pela Receita Federal do Brasil, a Companhia reconhece uma receita decorrente da redução de multa e juros sobre o débito parcelado no montante, aproximado, de R\$ 19.677.

A movimentação no exercício findo em 31 de dezembro de 2010 é a seguinte:

|                                             | 2010 | 2009 | Controladora<br>01/01/2009 | 2010           | 2009           | Consolidado<br>01/01/2009 |
|---------------------------------------------|------|------|----------------------------|----------------|----------------|---------------------------|
| Saldo Inicial                               | -    | -    | -                          | 147.738        | 212.097        | -                         |
| Multa e juros sobre o débito                | -    | -    | -                          | -              | 119.054        | -                         |
| Redução de multa e juros (benefício da Lei) | -    | -    | -                          | -              | (42.257)       | -                         |
| Atualização monetária sobre o débito        | -    | -    | -                          | 7.580          | -              | -                         |
| Pagamento à vista                           | -    | -    | -                          | -              | (141.156)      | -                         |
| Pagamentos efetuados (*)                    | -    | -    | -                          | (1)            | -              | -                         |
|                                             | -    | -    | -                          | <b>155.317</b> | <b>147.738</b> | <b>9.853</b>              |
| Circulante                                  | -    | -    | -                          | <b>10.353</b>  | <b>9.853</b>   | <b>144.964</b>            |
| Não circulante                              | -    | -    | -                          | <b>144.964</b> | <b>137.885</b> | -                         |

(\*) Até que ocorra a homologação do parcelamento pela Receita Federal do Brasil, o pagamento mensal é no montante de R\$ 100,00 (cem reais).

19. Encargos regulatórios a recolher

|                                                                            | 2010          | 2009          | Controladora<br>01/01/2009 | 2010          | 2009          | Consolidado<br>01/01/2009 |
|----------------------------------------------------------------------------|---------------|---------------|----------------------------|---------------|---------------|---------------------------|
| Pesquisa e Desenvolvimento - P&D                                           | 39.033        | 30.672        | 20.363                     | 39.114        | 30.709        | 20.363                    |
| Conta de Desenvolvimento Energético - CDE                                  | 2.179         | 2.561         | 3.041                      | 2.179         | 2.561         | 3.041                     |
| Conta de Consumo de Combustíveis - CCC                                     | 3.620         | 2.167         | 2.804                      | 3.620         | 2.167         | 2.804                     |
| Reserva Global de Reversão - RGR                                           | 5.443         | 6.431         | 10.732                     | 5.629         | 6.630         | 10.732                    |
| Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica - PROINFA | 1.143         | 1.180         | 1.774                      | 1.143         | 1.180         | 1.774                     |
| Taxa de fiscalização - ANEEL                                               | -             | -             | 619                        | 48            | 40            | 619                       |
|                                                                            | <b>51.418</b> | <b>43.011</b> | <b>39.333</b>              | <b>51.733</b> | <b>43.287</b> | <b>39.333</b>             |
| Circulante                                                                 | <b>49.244</b> | <b>39.742</b> | <b>36.528</b>              | <b>49.559</b> | <b>40.018</b> | <b>36.528</b>             |
| Não circulante                                                             | <b>2.174</b>  | <b>3.269</b>  | <b>2.805</b>               | <b>2.174</b>  | <b>3.269</b>  | <b>2.805</b>              |

20. Provisões

|                                               | 2010           | 2009           | Controladora<br>01/01/2009 | 2010           | 2009           | Consolidado<br>01/01/2009 |
|-----------------------------------------------|----------------|----------------|----------------------------|----------------|----------------|---------------------------|
| Férias e encargos sociais                     | 16.417         | 15.641         | 12.040                     | 16.795         | 15.806         | 12.040                    |
| Participação nos Lucros e Resultados - PLR    | 5.786          | 8.035          | 7.991                      | 5.786          | 8.035          | 7.991                     |
| Programa de Desligamento Voluntário - PDV (a) | 87             | 3.649          | 18.304                     | 87             | 3.649          | 18.304                    |
| Identizações diversas                         | -              | 309            | 313                        | -              | 309            | 313                       |
| Contingências (b)                             | 161.682        | 167.842        | 170.399                    | 161.682        | 167.842        | 170.399                   |
|                                               | <b>183.972</b> | <b>195.476</b> | <b>209.047</b>             | <b>184.350</b> | <b>195.641</b> | <b>209.047</b>            |
| Circulante                                    | <b>22.284</b>  | <b>27.523</b>  | <b>34.895</b>              | <b>22.662</b>  | <b>27.688</b>  | <b>34.895</b>             |
| Não circulante                                | <b>161.688</b> | <b>167.953</b> | <b>174.152</b>             | <b>161.688</b> | <b>167.953</b> | <b>174.152</b>            |

(a) Programa de Desligamento Voluntário - PDV  
A Companhia, que contava com 2.737 empregados em 31 de outubro de 2006, aprovou Programa de Desligamento Voluntário - PDV com período de adesão de 21 a 30 de novembro de 2006, obtendo 1.534 adesões. Em 31 de dezembro de 2010, o saldo remanescente refere-se a provisão para assistência médica e odontológica a que os empregados desligados têm direito por 36 meses após seu desligamento.

(b) Provisão para contingências - controladora e consolidado

|                              | 2010           | 2009           | Controladora<br>01/01/2009 | 2010           | 2009           | Consolidado<br>01/01/2009 |
|------------------------------|----------------|----------------|----------------------------|----------------|----------------|---------------------------|
| Trabalhistas (i)             | 145.993        | 147.344        | 139.917                    | 145.993        | 147.344        | 139.917                   |
| Cíveis                       | 3.844          | 3.219          | 2.741                      | 3.844          | 3.219          | 2.741                     |
| Fiscais - IPTU (ii)          | 7.527          | 8.239          | 16.677                     | 7.527          | 8.239          | 16.677                    |
| Previdenciárias - INSS (iii) | 3.635          | 5.398          | 8.197                      | 3.635          | 5.398          | 8.197                     |
| ANEEL (iv)                   | 683            | 3.842          | 2.867                      | 683            | 3.642          | 2.867                     |
|                              | <b>161.682</b> | <b>167.842</b> | <b>170.399</b>             | <b>161.682</b> | <b>167.842</b> | <b>170.399</b>            |

Os depósitos judiciais estão registrados no ativo não circulante na rubrica "cauções e depósitos vinculados".

A Companhia possui ações de natureza tributária, trabalhista e cível, envolvendo riscos de perda que a administração, com base na avaliação de seus consultores jurídicos, classificou como mais provável que ganhe, no montante estimado de R\$ 101.252 (31/12/2009 - R\$ 89.385), concentradas principalmente em trabalhistas, para as quais não foi constituída provisão.

(i) Trabalhistas

A Companhia assumiu a responsabilidade por certos processos judiciais, perante diferentes tribunais, advindos principalmente dos processos de cisão parcial da CESP e da EPTE.

(ii) Fiscais - IPTU

A Companhia efetua provisão para fazer face aos débitos junto à prefeitura de diversos municípios do Estado de São Paulo, relacionados a processos de regularização de áreas, no montante de R\$ 7.527.

(iii) Previdenciárias - INSS

Em 10 de agosto de 2001, a Companhia foi notificada pelo Instituto Nacional do Seguro Social - INSS por não recolher contribuições sobre remunerações pagas aos empregados, a título de vale-refeição, lanche matinal, cesta básica e vale transporte, relativas ao período de abril de 1999 a julho de 2001. A Administração iniciou procedimento de defesa efetuando depósito judicial no montante de R\$ 8.243, contabilizando no ativo não circulante, na rubrica "Cauções e depósitos vinculados". Em janeiro de 2010, transitou em julgado decisão desfavorável à Companhia nos processos relacionados à vale refeição, lanche matinal e parte da cesta básica. Consequentemente, a parcela correspondente aos valores depositados judicialmente, no montante de R\$ 5.498, foram revertidos à União e baixados contra o resultado, considerando que não havia sido constituída provisão para essa contingência.

(iv) ANEEL

A Companhia foi notificada pela ANEEL pelo não cumprimento da data fixada para instalação do 3º banco de transformadores 345/88 kV da SE Baixada Santista, autorizada pela Resolução ANEEL nº 197 de 04/05/2004 com multa no valor de R\$ 1.981, e pelo não cumprimento da data fixada para a entrada em operação da Linha de Transmissão, em 345 kV, Guarulhos - Anhanguera, autorizada pela Resolução Autorizativa nº 064/2005 de 31/01/2005 com multa no valor de R\$ 886, perfazendo o total de R\$ 2.867. Em 30 de junho de 2010, a provisão foi revertida contra o resultado. Adicionalmente, a Companhia mantém provisão referente às verbas sucumbenciais do auto de infração da ANEEL 001/1999-SFE que impôs multa, relacionada a interrupção da transmissão e distribuição de energia elétrica em grande parte das Regiões Sudeste, Sul e Centro-Oeste, sob alegação de prática das seguintes violações: a) dificultar o trabalho de fiscalização; b) não cumprimento das determinações do relatório de fiscalização; e c) não cumprimento da incumbência legal de prestar serviço adequado.

21. Valores a pagar - Fundação CESP

A Companhia patrocina planos de complementação e suplementação de aposentadoria e pensão e de assistência médica mantidos junto à Fundação CESP.

(a) Plano "A" - complementação de aposentadorias

Regido pela Lei Estadual 4.819/58, que se aplica aos empregados admitidos até 13 de maio de 1974, prevê benefícios de complementação de aposentadorias e pensão, licença-prêmio e salário-família. Os recursos necessários para fazer face aos encargos assumidos nesse plano são de total responsabilidade dos órgãos competentes do Governo do Estado de São Paulo, portanto, sem risco e custo adicional para a Companhia (Nota 34).

(b) Plano "B" e "B1" - suplementação de aposentadorias

Os Planos "B" e "B1", regidos pela Lei 6.435/77 e administrados pela Fundação CESP, têm por entidade patrocinadora a própria Companhia, proporcionando benefícios de suplementação de aposentadorias e pensão, cujas reservas são determinadas pelo regime financeiro de capitalização. O chamado Plano "B" refere-se a Benefício Suplementar Proporcional Salário - BSPPS, calculado nas datas de 31 de dezembro de 1997 (CTEEP) e 31 de março de 1998 (EPTE), de acordo com o regulamento vigente, sendo o seu equilíbrio econômico-financeiro atuarial equacionado à época. O resultado técnico atuarial anual desse plano (déficit ou superávit) é de responsabilidade integral da Companhia.

Em 01 de janeiro de 1998 (CTEEP) e em 01 de abril de 1998 (EPTE), a Companhia, respectivamente, implantou o Plano "B1", que define contribuições e responsabilidades paritárias entre a Companhia e os participantes, a fim de manter o equilíbrio econômico-financeiro atuarial do plano. Esse plano proporciona benefícios de aposentadorias e pensão para seus empregados, ex-empregados e respectivos beneficiários, com o objetivo de suplementar os benefícios fornecidos pelo sistema oficial da Previdência Social. O plano tem como característica principal o modelo misto, composto de 70% como Benefício Definido - BD e 30% como Contribuição Definida - CD. Na data da aposentadoria o Plano de Benefícios de Contribuição Definida - CD torna-se de Benefício Definido - BD.

(c) Plano PSAP - Transmissão Paulista

Em 01 de janeiro de 2004, os planos patrocinados pela Companhia, bem como os da extinta EPTE, foram fusionados financeiramente, sendo mantidas as características individuais dos respectivos planos, constituindo-se, assim, o Plano PSAP - Transmissão Paulista.

(d) Avaliação atuarial

Na avaliação atuarial, elaborada por atuário independente, dos planos de previdência PSAP patrocinados pela Companhia foi adotado o método do crédito unitário projetado. As principais informações econômico-financeiras, em atendimento ao CPC nº 33 e à Deliberação CVM nº 600, com base nos pareceres atuariais são as seguintes:

(i) Conciliação dos ativos e passivos

|                                                   | 2010        | 2009        | 01/01/2009  |
|---------------------------------------------------|-------------|-------------|-------------|
| Valor justo do ativo                              | 2.515.067   | 2.001.707   | 1.790.191   |
| Valor presente da obrigação de benefício definido | (1.800.653) | (1.628.613) | (1.517.603) |
| Restrição do reconhecimento do ativo              | (714.414)   | (373.094)   | (272.588)   |
| Passivo líquido                                   | <b>=</b>    | <b>=</b>    | <b>=</b>    |

(ii) Movimentação do ativo do plano

|                                             | 2010      | 2009      | 01/01/2009 |
|---------------------------------------------|-----------|-----------|------------|
| Valor justo do ativo no início do exercício | 2.001.707 | 1.790.191 | 1.774.274  |



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E DE 2009

Em milhares de reais, exceto quando indicado

**(b) Receita financeira**  
A receita financeira é reconhecida quando for provável que os benefícios econômicos futuros deverão fluir para a Companhia e o valor da receita possa ser mensurado com confiabilidade. A receita de juros é reconhecida pelo método linear com base no tempo e na taxa de juros efetiva sobre o montante do principal em aberto, sendo a taxa de juros efetiva aquela que desconta exatamente os recebimentos de caixa futuros estimados durante a vida estimada do ativo financeiro em relação ao valor contábil líquido inicial deste ativo.

**24.2 Receita Anual Permitida - RAP da subestação Miguel Reale**  
Em dezembro de 2002, a ANEEL autorizou a CTEEP a implementar o projeto "Ampliação da Subestação Miguel Reale", cujo valor de investimento utilizado para o cálculo das parcelas de RAP foi de R\$ 323.236.

Em setembro de 2004, a ANEEL executou fiscalização com a finalidade de validar os valores dos investimentos realizados na mencionada obra, concluindo que os valores desses investimentos deveriam ser reduzidos, para fins de fixação de nova parcela de RAP, retroativamente a julho de 2004, no montante de R\$ 232.164.

Em decorrência da redução dos investimentos do mencionado projeto, a correspondente parcela anual da RAP a partir de julho de 2005, foi então reduzida em R\$ 32.251. A Companhia considera improcedente essa redução e pleiteou junto à ANEEL, através do Ofício OF/F/2828, de 08 de julho de 2005, sua repositição.

Em 02 de março de 2006, por meio do Ofício 321/2006 - SFF/ANEEL, a Superintendência de Fiscalização Econômica e Financeira da ANEEL encaminhou o Relatório de Acompanhamento da Fiscalização - RAF que analisou o pleito da CTEEP e manteve o posicionamento inicial daquela Superintendência.

Em 23 de março de 2006, por meio do Ofício OF/F/1372/2006, a CTEEP apresentou Recurso Administrativo junto à ANEEL, solicitando a revisão do posicionamento daquela Superintendência.

Através da Nota Técnica nº 130/2010 - SRE/ANEEL, de 23 de abril de 2010 a ANEEL manteve os valores constantes do Relatório de fiscalização nº 202/2004 - SFF/ANEEL, concluindo que o pleito da CTEEP não deve ser acatado, esgotando, portanto, os recursos no âmbito administrativo.

**24.3 Revisão periódica da Receita Anual Permitida - RAP**

Em conformidade com o contrato de concessão nº 59, assinado em 20 de junho de 2001 com a União, por intermédio da ANEEL, a cada quatro anos, após a data de assinatura desse contrato, a ANEEL procederá à revisão periódica da Receita Anual Permitida - RAP de transmissão de energia elétrica referente às instalações de projetos autorizados que entraram em operação comercial após 31 de dezembro de 1999, com o objetivo de promover a eficiência e modicidade tarifária.

A revisão compreende o reposicionamento da receita mediante a determinação:

- a) da base de remuneração regulatória para RBNi;
- b) dos custos operacionais eficientes;
- c) da estrutura ótima de capital e definição da remuneração das transmissoras;
- d) identificação do valor a ser considerado como redutor tarifário - Outras Receitas.

• Primeiro ciclo de revisão tarifária periódica

Por intermédio da Resolução nº 488, de 26 de junho de 2007, foi homologado o resultado da primeira revisão tarifária periódica da Companhia, reduzindo a Receita Anual Permitida - RAP em 26,15%, que foi aplicado sobre as parcelas Rede Básica Novas Instalações - RBNi e Demais Instalações Novos Investimentos - RCDM vigentes em 1º de julho de 2005.

O resultado desse reposicionamento teve seus efeitos retroagidos à data de 1º de julho de 2005. A arrecadação a maior no período de julho de 2005 a 30 de junho de 2007, no montante de R\$ 66.688, foi compensada em 24 (vinte e quatro) meses, por meio do mecanismo contratual da parcela de ajuste.

• Segundo ciclo de revisão tarifária periódica

A revisão periódica prevista contratualmente para ocorrer em julho de 2009 foi postergada para julho de 2010. Em 21 de dezembro de 2009, a ANEEL publicou Resolução Normativa nº 386, que estabelece os conceitos gerais, as metodologias aplicáveis e os procedimentos para realização do Segundo Ciclo de Revisões Tarifárias Periódicas - RTP das concessionárias de serviço público de transmissão de energia elétrica.

O artigo 6º da Resolução Normativa nº 386/09, define que o resultado do reposicionamento tarifário terá seus efeitos a partir de 01 de julho de 2009. Considerando tal retroatividade e a redução do custo de capital, para este segundo ciclo, de 9,18% para 7,24%, reconhecemos a redução de receita de R\$ 82.086, em contrapartida da parcela de ajuste no passivo circulante, conforme segue:

|                      |               |
|----------------------|---------------|
| 4º trimestre de 2009 | 42.554        |
| 1º trimestre de 2010 | 21.277        |
| 2º trimestre de 2010 | 18.255        |
|                      | <b>82.086</b> |

O resultado do segundo ciclo de Revisão Tarifária Periódica foi homologado pela Resolução nº 994 de 08 de junho de 2010 a ANEEL, tendo sido fixado o reposicionamento tarifário da Companhia em menos 20,4%, a ser aplicado sobre a parcela RBNi e RCDM vigentes em 1º de junho de 2009.

Em virtude dos efeitos retroativos da nova receita, o valor de R\$ 82.086 arrecadado a maior no período de 01 de julho de 2009 a 30 de junho de 2010, será devolvido em 12 parcelas mensais, por meio do mecanismo contratual da parcela de ajuste.

**24.4 Parcela Variável - PV e Adicional à RAP**

A Resolução Normativa nº 270, de 09 de julho de 2007, regulamenta a Parcela Variável - PV e o Adicional à RAP. A Parcela Variável é o desconto na RAP das transmissoras em função da indisponibilidade ou restrição operativa das instalações integrantes da Rede Básica. O Adicional à RAP corresponde ao valor a ser acrescentado à receita das transmissoras como incentivo à melhoria da disponibilidade das instalações de transmissão. São reconhecidos como receita de operação e manutenção no período em que ocorrem.

**24.5 Reajuste anual da receita**

Em 29 de junho de 2010, foi publicada a Resolução Homologatória nº 1.021, estabelecendo as receitas anuais permitidas da CTEEP, pela disponibilização das instalações de transmissão integrantes da Rede Básica e das Demais Instalações de Transmissão, para o ciclo de 12 meses, compreendendo o período de 01 de julho de 2010 a 30 de junho de 2011.

De acordo com a citada Resolução, a RAP da CTEEP, que era de R\$ 1.829.752 em 01 de julho de 2009, passou para R\$ 1.760.758 em 01 de julho de 2010, apresentando uma redução de R\$ 68.994, equivalente a 3,8%.

A receita da Companhia vigente a partir de 01 de julho de 2010 até 30 de junho de 2011 apresenta a seguinte composição:

|                                                | Contrato de concessão |               |                  |
|------------------------------------------------|-----------------------|---------------|------------------|
|                                                | 2009                  | 143           | Total            |
| <b>Rede básica</b>                             |                       |               |                  |
| Ativos existentes .....                        | 1.131.045             | —             | 1.131.045        |
| Novos investimentos .....                      | 286.255               | —             | 286.255          |
| Licitada .....                                 | —                     | 14.507        | 14.507           |
| Parcela de ajuste .....                        | <u>(77.165)</u>       | <u>(123)</u>  | <u>(77.288)</u>  |
|                                                | <b>1.340.135</b>      | <b>14.384</b> | <b>1.354.519</b> |
| <b>Demais Instalações de Transmissão - DIT</b> |                       |               |                  |
| Ativos existentes .....                        | 327.375               | —             | 327.375          |
| Novos investimentos .....                      | 77.865                | —             | 77.865           |
| Parcela de ajuste .....                        | <u>999</u>            | <u>—</u>      | <u>999</u>       |
|                                                | <b>406.239</b>        | <b>—</b>      | <b>406.239</b>   |
|                                                | <b>1.746.374</b>      | <b>14.384</b> | <b>1.760.758</b> |

25. Custos dos serviços de construção e de operação e manutenção e despesas gerais e administrativas

|                                | Controladora     |                  |                    |
|--------------------------------|------------------|------------------|--------------------|
|                                | 2010             | 2009             | Total              |
|                                | <b>Custos</b>    | <b>Despesas</b>  | <b>Total</b>       |
| Pessoal .....                  | (162.241)        | (34.536)         | (196.777)          |
| Serviços .....                 | (167.304)        | (36.687)         | (203.991)          |
| Depreciação .....              | —                | (6.021)          | (6.021)            |
| Materiais .....                | (126.283)        | (2.260)          | (128.543)          |
| Arrendamentos e aluguéis ..... | (6.933)          | (3.728)          | (10.661)           |
| Contingências .....            | —                | (31.522)         | (31.522)           |
| Outros .....                   | (11.895)         | (9.240)          | (21.135)           |
|                                | <b>(474.656)</b> | <b>(123.994)</b> | <b>(598.650)</b>   |
|                                |                  |                  | <b>(5.074)</b>     |
|                                |                  |                  | <b>(185.370)</b>   |
|                                |                  |                  | <b>(349.864)</b>   |
|                                |                  |                  | <b>(6.047)</b>     |
|                                |                  |                  | <b>(332.887)</b>   |
|                                |                  |                  | <b>(8.977)</b>     |
|                                |                  |                  | <b>(24.878)</b>    |
|                                |                  |                  | <b>(31.306)</b>    |
|                                | <b>(948.270)</b> | <b>(137.933)</b> | <b>(1.086.203)</b> |
|                                |                  |                  | <b>(937.995)</b>   |
|                                |                  |                  | <b>(5.074)</b>     |
|                                |                  |                  | <b>(185.370)</b>   |
|                                |                  |                  | <b>(349.864)</b>   |
|                                |                  |                  | <b>(6.047)</b>     |
|                                |                  |                  | <b>(332.887)</b>   |
|                                |                  |                  | <b>(8.977)</b>     |
|                                |                  |                  | <b>(24.878)</b>    |
|                                |                  |                  | <b>(31.306)</b>    |
|                                | <b>(13.292)</b>  | <b>(16.628)</b>  | <b>(29.920)</b>    |
|                                | <b>(948.270)</b> | <b>(137.933)</b> | <b>(1.086.203)</b> |
|                                |                  |                  | <b>(937.995)</b>   |

26. Resultado financeiro

|                                            | Controladora     |                  |                  |
|--------------------------------------------|------------------|------------------|------------------|
|                                            | 2010             | 2009             | Total            |
| <b>Receitas</b>                            |                  |                  |                  |
| Rendimento de aplicações financeiras ..... | 24.234           | 13.124           | 28.237           |
| Juros ativos .....                         | 9.451            | 103.001          | 9.451            |
| Variações monetárias .....                 | 8.382            | 36.841           | 8.382            |
| Outras .....                               | 1.486            | 778              | 1.487            |
|                                            | <b>43.553</b>    | <b>153.744</b>   | <b>47.557</b>    |
| <b>Despesas</b>                            |                  |                  |                  |
| Juros sobre capital próprio .....          | (251.593)        | (250.610)        | (251.593)        |
| Juros passivos .....                       | (65.607)         | (130.437)        | (81.582)         |
| Encargos sobre notas promissórias .....    | (7.911)          | (34.496)         | (7.911)          |
| Encargos sobre debêntures .....            | (57.686)         | —                | (57.686)         |
| Outras .....                               | (2.508)          | (5.054)          | (6.368)          |
|                                            | <b>(385.305)</b> | <b>(420.587)</b> | <b>(403.846)</b> |
|                                            | <b>(341.752)</b> | <b>(266.853)</b> | <b>(356.289)</b> |
|                                            |                  |                  | <b>(271.721)</b> |

27. Outras receitas (despesas) operacionais

|                                                                   | Controladora    |                 |                 |
|-------------------------------------------------------------------|-----------------|-----------------|-----------------|
|                                                                   | 2010            | 2009            | Total           |
| <b>Receitas</b>                                                   |                 |                 |                 |
| Indenização de sinistros .....                                    | 1.214           | —               | 1.214           |
| Venda de terreno .....                                            | 1.659           | —               | 1.659           |
| Outras .....                                                      | 3.155           | 282             | 3.157           |
|                                                                   | <b>6.028</b>    | <b>282</b>      | <b>6.030</b>    |
| <b>Despesas</b>                                                   |                 |                 |                 |
| Amortização do ágio .....                                         | (28.832)        | (28.832)        | (28.832)        |
| Perda na variação de participação em controlada em conjunto ..... | (160)           | —               | (160)           |
| Provisão para perdas .....                                        | (878)           | (1.304)         | (1.304)         |
| Outras .....                                                      | (29.870)        | (48.428)        | (29.870)        |
|                                                                   | <b>(23.842)</b> | <b>(48.146)</b> | <b>(23.840)</b> |
|                                                                   |                 |                 | <b>(48.146)</b> |

28. Imposto de renda e contribuição social

A Companhia provisiona mensalmente as parcelas para imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido, obedecendo ao regime de competência.

Em virtude do Regime Tributário de Transição (RTT) apenas a Companhia e suas controladas IEMG, IESUL e Pinheiros estão apresentando resultados para fins fiscais. Os impostos estão sendo calculados conforme o regime de lucro real, embora as controladas IEMG e IESUL estejam apurando prejuízos fiscais.

A despesa de imposto de renda e contribuição social do exercício pode ser conciliada com o lucro contábil como segue:

|                                                                           | Controladora     |                  |                  |
|---------------------------------------------------------------------------|------------------|------------------|------------------|
|                                                                           | 2010             | 2009             | Total            |
| <b>Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social .....</b>     | <b>783.499</b>   | <b>888.725</b>   | <b>789.954</b>   |
| <b>Ajustes referentes ao RTT</b>                                          |                  |                  |                  |
| Contratos de concessão - ICPC 01 .....                                    | (27.675)         | (110.428)        | (27.675)         |
| Controladora .....                                                        | (12.213)         | (4.707)          | (12.213)         |
| Controladas .....                                                         | 13.601           | 54.902           | 13.601           |
| Planos de pensão e aposentadoria - CPC 33 .....                           | 16.985           | 16.985           | 16.985           |
| Deságio - ICPC 09 .....                                                   | (3.649)          | 1.174            | (3.649)          |
| Custos de emissão de títulos - CPC 08 .....                               | <b>770.548</b>   | <b>846.651</b>   | <b>777.003</b>   |
| Aliquotas .....                                                           | 34%              | 34%              | 34%              |
| Despesa de imposto de renda e contribuição social esperada .....          | (261.986)        | (287.861)        | (264.181)        |
| Imposto de renda e contribuição social sobre diferenças permanentes ..... | 39.065           | 10.501           | 34.805           |
| Despesa de imposto de renda e contribuição social efetiva .....           | <b>(222.921)</b> | <b>(277.360)</b> | <b>(229.376)</b> |
| Imposto de renda e contribuição social                                    |                  |                  |                  |
| Corrente .....                                                            | (222.549)        | (278.654)        | (222.630)        |
| Diferido .....                                                            | (372)            | 1.294            | (6.746)          |
|                                                                           | <b>(222.921)</b> | <b>(277.360)</b> | <b>(229.376)</b> |
|                                                                           |                  |                  | <b>(279.785)</b> |

A alíquota utilizada nas conciliações de 2010 e 2009 apresentadas anteriormente é a alíquota de 34%, devida pelas pessoas jurídicas no Brasil sobre os lucros tributáveis, conforme previsto pela legislação tributária dessa jurisdição.

A composição dos saldos de imposto de renda e contribuição social diferidos, ativos e passivos, está apresentada a seguir:

|                                        | Controladora  |               |               |
|----------------------------------------|---------------|---------------|---------------|
|                                        | 2010          | 2009          | Total         |
| <b>Ativos/(Passivos)</b>               |               |               |               |
| Provisão para contingências .....      | 55.307        | 56.091        | 58.529        |
| Contrato de concessão .....            | (46.955)      | (37.545)      | (56.307)      |
| Planos de pensão e aposentadoria ..... | —             | (4.624)       | (23.291)      |
| Outros .....                           | 19.698        | 14.498        | 19.698        |
| <b>Líquido .....</b>                   | <b>28.050</b> | <b>28.420</b> | <b>27.125</b> |
|                                        |               |               | <b>18.698</b> |
|                                        |               |               | <b>25.360</b> |
|                                        |               |               | <b>26.488</b> |
| <b>Ativo .....</b>                     | <b>28.050</b> | <b>28.420</b> | <b>28.050</b> |
| <b>Passivo .....</b>                   | <b>—</b>      | <b>—</b>      | <b>9.352</b>  |
|                                        |               |               | <b>3.060</b>  |
|                                        |               |               | <b>637</b>    |

29. Transações com partes relacionadas

Os principais saldos e transações com partes relacionadas no período de nove meses são como segue:

|                             | Controladora |       |       |
|-----------------------------|--------------|-------|-------|
|                             | 2010         | 2009  | Total |
| <b>Natureza da operação</b> |              |       |       |
| Benefícios de curto prazo   |              |       |       |
| Subslocação                 |              |       |       |
| ISA Capital .....           | 39           | 249   | 15    |
| IEMG .....                  | 1            | 15    | 1     |
| INENNE .....                | 8            | 100   | 9     |
| Pinheiros .....             | 3            | 32    | 3     |
| IESUL .....                 | —            | —     | 12    |
| Serra do Japi .....         | 2            | 24    | 2     |
| ISA Capital .....           | 7            | 86    | 7     |
| IEMG .....                  | 132          | 1.658 | 1.499 |
| IESUL .....                 | —            | 1.571 | —     |
| Pinheiros .....             | 52.651       | 1.231 | —     |
| Serra do Japi .....         | 3.687        | 24    | —     |
| IEMadeira .....             | —            | —     | 193   |

A política de remuneração da Companhia não inclui benefícios pós-emprego, outros benefícios de longo prazo, benefícios de rescisão de contrato de trabalho ou remuneração baseada em ações.

A sublocação compreende a área ocupada pela ISA Capital e pelas controladas no edifício sede da Companhia, bem como rateio das despesas condominiais e de manutenção, entre outras.

Em 2008, foi assinado contrato de prestação de serviços com a ISA Capital abrangendo, entre outros, os serviços de escrituração contábil e fiscal, apuração de impostos e processamento da folha de pagamento.

Em 2009, entrou em vigência o contrato em que a Companhia presta serviços de operação e manutenção das instalações da IEMG.

Em maio de 2010, foi assinado contrato de mútuo financeiro com a IESUL no valor total de até R\$ 63.000, sendo utilizado no todo ou em parte pelo prazo de 24 meses. Os encargos incidentes sobre esta operação serão pagos no vencimento e correspondem a taxa do CDI acrescido de 2,5%.

Em julho de 2010 foi assinado contrato de mútuo financeiro com a Pinheiros no valor total de até R\$ 100.000, sendo utilizado no todo ou em parte pelo prazo de 24 meses. Os encargos incidentes sobre esta operação serão pagos no vencimento e correspondem a taxa do CDI acrescido de 1,3%.

Em dezembro de 2010, foi assinado contrato de mútuo financeiro com a Serra do Japi no valor total de até R\$ 55.500, sendo utilizado no todo ou em parte pelo prazo de 24 meses. Os encargos incidentes sobre esta operação serão pagos no vencimento e correspondem a taxa do CDI acrescido de 1,3%. Essas operações foram realizadas em condições similares às de mercado.

30. Instrumentos financeiros

(a) Identificação e valorização dos instrumentos financeiros

|                                                        | 2010      | 2009            | Controladora | 2010      | 2009            | Consolidado |
|--------------------------------------------------------|-----------|-----------------|--------------|-----------|-----------------|-------------|
|                                                        |           | (Reapresentado) | 01/01/2009   |           | (Reapresentado) | 01/01/2009  |
| <b>Ativos financeiros</b>                              |           |                 |              |           |                 |             |
| Valor justo através do resultado                       |           |                 |              |           |                 |             |
| Caixa e equivalentes de caixa .....                    | 40.334    | 18.564          | 104.229      | 54.983    | 43.234          | 123.024     |
| <b>Empréstimos e recebíveis</b>                        |           |                 |              |           |                 |             |
| Contas a Receber                                       |           |                 |              |           |                 |             |
| Circulante .....                                       | 1.413.681 | 1.422.671       | 1.337.868    | 1.424.390 | 1.430.606       | 1.343.671   |
| Não circulante .....                                   | 3.231.704 | 3.205.624       | 3.143.981    | 4.225.309 | 3.656.679       | 3.243.022   |
| Valores a receber - Secretaria da Fazenda              |           |                 |              |           |                 |             |
| Circulante .....                                       | 22.938    | 19.439          | 19.786       | 22.938    | 19.439          | 19.786      |
| Não circulante .....                                   | 681.129   | 557.027         | 454.639      | 681.129   | 557.027         | 454.639     |
| Créditos com controladas .....                         | 56.338    | —               | —            | —         | —               | —           |
| Cauções e depósitos vinculados .....                   | 42.248    | 43.946          | 51.860       | 42.248    | 43.946          | 51.860      |
| <b>Passivos financeiros</b>                            |           |                 |              |           |                 |             |
| Custo amortizado                                       |           |                 |              |           |                 |             |
| Empréstimos e financiamentos                           |           |                 |              |           |                 |             |
| Circulante .....                                       | 133.317   | 518.690         | 294.492      | 332.413   | 592.129         | 345.502     |
| Não circulante .....                                   | 450.577   | 419.786         | 511.286      | 540.032   | 457.281         | 511.286     |
| Debêntures                                             |           |                 |              |           |                 |             |
| Circulante .....                                       | 2.154     | —               | —            | 2.154     | —               | —           |
| Não circulante .....                                   | 553.639   | —               | —            | —         | 553.639         | —           |
| Fornecedores .....                                     | 48.856    | 47.497          | 32.889       | 93.964    | 70.806          | 36.293      |
| Juros sobre capital próprio e dividendos a pagar ..... | 193.822   | 6.116           | 4.882        | 193.822   | 6.116           | 4.882       |

Os valores contábeis dos instrumentos financeiros, ativos e passivos, quando comparados com os valores que poderiam ser obtidos na sua negociação em um mercado ativo ou, na ausência deste, com valor presente líquido ajustado com base na taxa vigente de juros no mercado, aproximam-se substancialmente de seus correspondentes valores de mercado.

A Companhia não possui política de utilização de instrumentos financeiros derivativos, bem como, não celebrou, durante o exercício, contratos que possam ser considerados como instrumentos financeiros derivativos.

(b) Financiamentos

O valor contábil dos empréstimos e financiamentos e das debêntures tem suas taxas atreladas à variação da TJLP, do CDI e IPCA e se aproxima do valor de mercado.

• Índice de endividamento

O índice de endividamento no final do período é o seguinte:

|                                     | 2010    | 2009            | Controladora | 2010    | 2009            | Consolidado |
|-------------------------------------|---------|-----------------|--------------|---------|-----------------|-------------|
|                                     |         | (Reapresentado) | 01/01/2009   |         | (Reapresentado) | 01/01/2009  |
| <b>Empréstimos e financiamentos</b> |         |                 |              |         |                 |             |
| Circulante .....                    | 133.317 | 518.690         | 294.492      | 332.413 | 592.129         | 345.502     |

# A ADMINISTRAÇÃO

## CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DIRETORIA EXECUTIVA

**Claudio Luiz Pinto de Barros**  
CRC 1SP195071/O-4

O Conselho Fiscal da CTEEP - Companhia de Transmissão de Energia Elétrica Paulista ("Companhia"), no exercício de suas atribuições legais e estatutárias, dando cumprimento ao que dispõe o Art. 163 da Lei nº 6.404/76, examinou as Demonstrações Contábeis da Companhia, relativas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2010, elaboradas segundo os princípios estabelecidos no Capítulo XV do referido diploma legal e o Relatório da Administração sobre os negócios sociais e principais fatos administrativos do exercício social. Com fundamento no exame realizado e no Parecer dos Auditores Independentes, o Conselho Fiscal é de opinião que as Demonstrações Contábeis e as informações complementares estão aptas a serem submetidas à apreciação e aprovação dos Senhores Acionistas.

**Ênfases**

Conforme descrito na nota explicativa 2, as demonstrações financeiras individuais foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. No caso da CTEEP - Companhia de Transmissão de Energia Elétrica Paulista ("Companhia") essas práticas diferem do IFRS, aplicável às demonstrações financeiras separadas, somente no que se refere à avaliação dos investimentos em controladas, coligadas e controladas em conjunto pelo método de equivalência patrimonial, enquanto que para fins de IFRS seria custo ou valor justo.

### 36. Aprovação das Demonstrações Financeiras

As demonstrações financeiras foram aprovadas e autorizadas para publicação pelo Conselho de Administração em 16 de março de 2011. Estas demonstrações financeiras, bem como as demonstrações contábeis regulatórias estarão disponíveis no sítio da Companhia a partir de 24 de março e 30 de abril de 2011, respectivamente.

**Claudio Luiz Pinto de Barros**  
CRC 1SP195071/O-4

São Paulo, 16 de março de 2011

Manuel Domingues de Jesus e Pinho  
Antonio Luiz de Campos Gurgel  
Celso Clemente Giacometti  
Vladimir Muskatirovik  
Egídio Schoenberger

nessa opinião, estão adequadamente apresentadas, em todos os seus aspectos relevantes, em relação as demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

São Paulo, 16 de março de 2011

**ERNST & YOUNG TERCO**  
Quality In Everything We Do

ERNST & YOUNG TERCO Auditores Independientes S.S.  
CRC-2SP015199/O-6

**Luiz Carlos Passetti**  
Contador CRC 1SP144343/O-3



- **Maior empresa privada de transmissão de energia elétrica do país.**



- **R\$ 2,3 bilhões de receita líquida**

- **R\$ 812 milhões de lucro líquido**

- **12.316 km de linhas de transmissão**

